

BOLETIM REDE PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS

2018

35

Águeda | Albufeira | Alcochete | Atenquero | Almada | Amadora | Anadia | Angra do Heroísmo | Azambuja | Barcelos | Barreiro | Benavente | Braga | Câmara de Lobos | Cascais | Chaves | Coimbra | Condeixa-a-Nova | Espinho | Évora | Fafe | Fundão | Funchal | Gondomar | Grândola | Guarda | Horta | Lagoa (Açores) | Lagoa (Algarve) | Lagos | Lisboa | Loulé | Loures | Lousã | Lousada | Matosinhos | Mealhada | Miranda do Corvo | Montijo | Moura | Odemira | Odivelas | Oliveira de Azeméis | Paços de Ferreira | Palmela | Paredes | Penafiel | Penafiel do Castelo | Pombal | Ponta Delgada | Portalegre | Porto | Póvoa de Lanhoso | Rio Maior | Santa Maria da Feira | Santarém | Santo Tirso | São João Madeira | Sesimbra | Setúbal | Sever do Vouga | Silves | Sobral de Monte Agraço | Soure | Tábua | Tomar | Torres Novas | Torres Vedras | Valongo | Vila Franca Xira | Vila Nova de Famalicão | Vila Real | Vila Verde | Viseu



“Em Cascais, Tudo começa nas pessoas”

Este não é o tema do nosso próximo Congresso Internacional das Cidades Educadoras, que, como sabem, se realiza em Cascais, de 13 a 16 de novembro!

Este é sim, o lema de Cascais já há vários anos. Se as pessoas são o centro de todas as nossas políticas, programas e projetos, será igualmente a pessoa o centro do nosso debate durante todos esses dias.

Daí termos escolhido como tema principal do XV Congresso Internacional das Cidades Educadoras “Cidade Pertença das Pessoas”.

Partimos do compromisso assumido na Declaração Final do XIII Congresso Internacional em 2014, ano de comemoração de 20 anos de AICE, cujo compromisso

apontou para a melhoria dos processos de construção pessoal e social da cidadania, e onde se propôs, entre outros, a promoção de recursos dirigidos a melhorar a coesão social, a inclusão e a convivência.

Pretendemos que em Cascais se promova um debate intenso em torno da Coesão Social na Cidade a partir das pessoas e do seu sentimento de pertença à Cidade. Trata-se sobretudo de trabalhar por uma cidade onde todas as pessoas encontrem o seu lugar na sociedade; onde se faculte, mediante políticas activas, a inclusão das pessoas.” (Poza, Educación y vida urbana: 20 años de las Ciudades Educadoras, AICE, 2008, p. 33).

As cidades deverão assegurar a boa governação e instituições eficazes consagrando todos os seus esforços no enco-

rajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, possibilitando o diálogo intergeracional, encorajando a uma democracia colaborativa e participativa, e não menos importante, criar uma cidade para as pessoas e os seus projetos de vida.

Mas quisemos mais, quisemos ainda dar voz àqueles que são o futuro das nossas comunidades, e idealizámos o Congresso dos Jovens. Teremos cerca de 80 jovens a debater o mesmo tema, mas na perspectiva daqueles que têm um outro olhar sobre estes problemas, mas também, estamos em crer, diferentes soluções para os resolver.

Estamos a trabalhar diariamente para que este seja um grande Congresso, na qualidade das comunicações sobre cada um dos eixos temáticos, na qualidade



espaço de OPINIÃO

PROGRAMA

«NOSSO BAIRRO NOSSA CIDADE»

«A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos.

Deverá estimular, ao mesmo tempo, a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.»

In Carta das Cidades Educadoras

A valorização e transformação social, económica, cultural e ambiental que vêm sendo reconhecidas à cidade de Setúbal são fruto do empenho e do desenvolvimento das opções políticas e estratégicas da Câmara Municipal de Setúbal, enquanto autoridade municipal com a competência da gestão e administração do território. No entanto, tal só é possível pelo profundo envolvimento das populações de forma organizada e informal, na construção das soluções de cidade e na resolução dos problemas concretos que as afetam.

Setúbal é um território que sofreu um forte desenvolvimento nos diversos períodos de grande impulso industrial que o nosso país atravessou. Após uma primeira fase, fortemente influenciada pela indústria conserveira, esta foi dando lugar às indústrias química, celulose, papel, metalomecânica, construção naval, automóvel, etc. A crise dos anos 80 e a intervenção do FMI interromperam o crescimento e desenvolvimento da cidade. O declínio decorrente esteve na origem do agravamento dos fenóme-

nos de pobreza, de marginalidade e de degradação social especialmente presentes junto de comunidades de imigrantes e populações que vieram povoar os bairros de habitação pública da cidade.

O desinvestimento e a marginalização progressiva destas comunidades originaram um fenómeno de guetização dos bairros, popularmente conhecidos como Bela Vista.

Perante o insucesso das diversas experiências conhecidas, entendemos que o caminho teria que resultar de um processo de afirmação, de capacitação, de intervenção e de organização das populações do território em causa.

A capacidade dos próprios refletirem, discutirem e proporem soluções para os seus problemas, em torno dos seus interesses e motivações, numa relação de compromisso com a Câmara, resultou num processo político de forte participação democrática e popular. Os projetos a desenvolver são decididos pela comunidade em plenário ou pelos seus representantes eleitos, que exercem o poder de representação dos moradores locais. Os problemas identificados e as soluções encontradas originam os projetos concretizados e organizados pelas populações

das experiências que serão apresentadas em debate ou ecrãs inteligentes, mas acima de tudo na qualidade de todos os congressistas, jovens e menos jovens, pois sobre eles recai o peso de, nas suas comunidades um pouco por todo o mundo, e imbuídos dos princípios presentes na Carta das Cidades Educadoras, fazerem a diferença, fazerem das suas cidades, verdadeiras comunidades pertença das pessoas.

Bem-vindos a Cascais! Em novembro cá os esperamos!

www.congressoalice2018.cascais.pt/

Frederico Pinho de Almeida
Vereador da Câmara Municipal de Cascais

numa parceria, franca e de profundo respeito, entre a comunidade dos bairros e a Câmara.

Definido para um período de vigência mínimo de 10 anos, este programa de desenvolvimento político e social está na origem de uma profunda valorização dos bairros e das suas populações, em primeiro lugar pelos próprios mas também pela cidade em geral. Estas experiências de capacitação e de participação cidadã e os resultados obtidos, tanto na imagem como nas vivências sociais, ao serem perçecionadas pela restante população têm sido referidas como exemplo e modelo de organização, de resolução dos problemas e anseios por outras comunidades da cidade e do concelho de Setúbal.

A atribuição do Prémio Cidades Educadoras 2018 a boas práticas de participação cidadã representa o reconhecimento do trabalho e do esforço das populações dos bairros, dos grandes construtores do *Nosso Bairro Nossa Cidade*. Nas palavras simples, mas sinceras de uma moradora: «sentimentos levantados do solo!»

Ricardo Oliveira
Vereador da Educação
da Câmara Municipal de Setúbal

ALBUFEIRA

Albufeira: Uma cidade que acolhe, envolve e desenvolve!

Albufeira é um Concelho que acolhe diariamente uma grande diversidade de pessoas, oriundas de todas as partes do mundo, muitas delas turistas, mas outras tantas com o intuito residir e trabalhar por cá. A Autarquia tem procurado manter, como um dos seus grandes princípios, uma política de bom acolhimento, para que os que visitam regressem felizes e os que ficam se sintam parte integrante do Concelho.

Este fenómeno de chegada e partida e de diversidade cultural faz-se sentir em todas as áreas e a educação das crianças, seja formal, não formal ou informal, não é exceção. Neste âmbito a Autarquia tem vindo a prosseguir a sua ação para o desenvolvimento educativo do Município, realizando uma intervenção que se pretende ponderada, integrada e articulada, num planeamento Municipal global.

A comunidade educativa, tem sido um dos focos da atenção da Autarquia, no sentido de tornar este conceito cada vez mais alargado, procurando aproximar pessoas, estreitar relações, emponderar educadores e envolver as pessoas e a cidade. Para apoiar o processo foi criada, no ano letivo transacto, uma Unidade

de Apoio à Educação, que entre outros objetivos, visa “servir como mediadora junto da comunidade educativa, no sentido de aproximar intervenientes, facilitar relações e auxiliar melhoramentos dos contextos educativos formais e não formais”.

Num processo contínuo têm vindo a ser realizadas várias ações dirigidas à comunidade educativa e algumas que abrangem o público em geral. Destacamos algumas das práticas iniciadas no ano letivo passado, por se encontrarem na mesma linha estratégica, que tem por base a formação à comunidade:

- O “Encontro (Re)Pensar a Educação – Aprendizagem e Inovação num Mundo em Transição”, dirigido à comunidade educativa, que acolheu mais de 350 pessoas de todo o país e cujo mote continua ativo;
- A formação ao Pessoal Não Docente “Construindo Relações Positivas nas Escolas – O papel essencial do pessoal não docente na Educação”, que se desenvolveu ao longo do ano e que mereceu o interesse de 130 funcionários das escolas, o que implicou uma grande articulação com as direções escolares;





- A Oficina para Professores “Oficina de Meditação – Mezinhas para aulas harmoniosas”, dada pela equipa da autarquia a um grupo de professores de 1.º ciclo;
- O curso de formação para técnicos da Autarquia, para a aplicação de um Programa de Formação e Apoio Familiar, ministrado pela Universidade do Algarve em parceria com a Universidade de Huelva, que resultou de um estudo solicitado pela Autarquia e levado a cabo pela Universidade do Algarve às famílias do Concelho.

O novo ano letivo (2018/19) iniciou-se com um momento de acolhimento dedicado à comunidade educativa adulta - docentes, não docentes, associações de pais, diversos serviços e organismos da comunidade, (entre eles, Juntas de Freguesia, Centro de Saúde, GNR – Escola Segura, CPCJ...). Um Peddy-paper “Por Albufeira Adentro”, levou os participantes, em equipas mistas, a pontos da Cidade que muitos desconheciam. Seguiu-se um tempo de encontro, reencontro e convívio – um fim de tarde acolhedor (Sunset), ao som de violino, marcado

pela simplicidade e descontração dos presentes e enriquecido por petiscos regionais. Neste evento o Presidente da Autarquia deu as boas vindas a toda a comunidade educativa, realçando a importância de todos os membros de uma comunidade na missão de educar e destacando que a educação é, seguramente, um caminho para a paz e para a justiça, com a célebre frase de Pitágoras: “Educai as crianças e deixai de punir os adultos!”. Ao longo deste ano letivo a Autarquia de Albufeira pretende dar continuidade a este trabalho de proximidade e envolvimento entre todos e com a cidade, realçando-se para já: o Ciclo de Estudos para Professores - “A mente e a emoção ao serviço da educação” e o início da aplicação do Programa de Formação e Apoio Familiar, em todo o Concelho, com a supervisão das Universidades do Algarve e de Sevilha. Pretende, também, continuar a (re)pensar a educação, promovendo o debate e participação de todos, numa dinâmica abrangente, que envolva e desenvolva, cada vez mais, o conceito de *Albufeira, Cidade Educadora*. ■

PRINCÍPIO 5

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.

AMADORA

Campanha “Obrigado Amadora!”

Campanha de comunicação, com o objetivo de reforçar o envolvimento e a importância das pessoas na construção de uma identidade única para a cidade. Pretende “desvendar” a verdadeira cultura da cidade da Amadora, quebrando preconceitos e estereótipos enraizados, desmistificando conceitos associados à cidade.

Dirigida essencialmente ao território, mas com projeção de âmbito regional, a campanha contempla um plano de comunicação inovador, uma vez que pela primeira vez se definiu como estratégia de ação utilizar o conceito de influenciadores.

Concretizada através de *outdoors*, *mupis*, redes sociais e relações públicas, envolveu 5 pessoas que se destacaram pelo seu percurso pessoal e ou profissional, contribuindo com o seu exemplo para aumentar a relação afetiva com a cidade.

Pessoas estas que pelo seu percurso, se destacam e que através do seu testemunho transmitem sentimentos de valorização do território, procurando sensibilizar a comunidade para a cons-

ANADIA

Anadia na linha do Associativismo

O Município de Anadia tem fomentado o trabalho de cooperação e interação entre as diferentes associações, através da articulação de um conjunto de iniciativas, consubstanciadas no apoio a ações e projetos que, para além de responderem a diferentes desafios lançados pelo município, são, também, oportunidades de promoção e interação com toda a comunidade.

Sempre com o objetivo de simbiose e de, cada vez mais, se evidenciar o pa-



trução de uma identidade de cidade capaz de se reinventar, educando as

gerações futuras. Denominados de “embaixadores”, atra-



pel de TODOS para a valorização da cidade e da sua identidade, Anadia tem testemunhado uma emancipação das suas gentes. Um dos maiores contributos foi o apoio das associações e, com ele, da



vés do slogan “Obrigado/a Amadora!” agradecem ao município a inspiração e o contributo que deu no percurso que têm feito em áreas como a cultura, o desporto, a educação, a economia e a investigação científica, reforçando a visão das vantagens da centralidade geográfica e da pluralidade do território.

Subjacente aos desafios da globalização e da integração europeia, esta campanha impõe a necessidade da cidade ser pró-ativa e de, em si, encontrar soluções positivas, apostando numa cidadania ativa e em políticas e práticas participativas e inclusivas para que todos possam usufruir de uma sociedade que ser quer conectada às pessoas e ao futuro.

A Autarquia viu como janela de oportunidade a implementação de uma estratégia de comunicação que permitisse um reposicionamento estratégico da cidade e que devolvesse às pessoas um sentimento de pertença. ■

PRINCÍPIO 16

“As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afectam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de acção afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições.”

comunidade, à Candidatura de Anadia a Cidade Europeia do Desporto, para o ano de 2020, demonstrado no passado dia 6 de maio na ação “Manifesto de Apoio”.

O entusiasmo, o empenho, o trabalho e a vontade uniram-se e permitiram levar, ao Complexo Desportivo de Anadia, um autêntico ambiente de festa e de alegria, demonstrado no convívio gerado, na construção de um logotipo humano, e na realização de uma caminhada, que refletiram o genuíno manifesto de que “estamos juntos” nesta candidatura a “Anadia 2020”. ■

PRINCÍPIO 18

Construir uma cidade promotora do associativismo com sentido de corresponsabilidade.

BARCELOS

Artes em Movimento: A Arte como ferramenta privilegiada na promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar

O Projeto-piloto “Artes em Movimento” desenvolveu-se no âmbito do Projecto ERASMUS + (KA201), designado por “A School for Tomorrow’s: Dropout Prevention, Intervention and Retrieval through Art Education”, onde a cada um dos países parceiros, Portugal, Itália e Polónia, foi proposto o desenvolvimento de projetos, práticas educativas e metodologias inovadoras, utilizando a arte como ferramenta privilegiada, para o combate ao insucesso e abandono escolar.

Em Portugal o consórcio do projeto foi constituído pelo Município de Barcelos, pelo Agrupamento de Escolas de Barcelos e pela Associação Intercultural Amigos da Mobilidade; em Itália pelo Liceo artístico M. Preti – A. Frangipane e Associazione Darsana Teranga e Comune di Reggio Calabria; e na Polónia pelo Gmina Chorkowka, Zespół Szkół Kształcenia Ustawicznego e Krosniewski Uniwersytet Trzeciego Wieku. Propôs-se o desenvolvimento de uma experiência piloto que

cruzasse os princípios da Educação Formal com a Educação Não Formal e se desenvolvesse, no âmbito da Educação Não Formal, em Espaços Culturais do Território (Município de Barcelos) com uma forte componente cultural, artística, educativa e pedagógica.

O Projeto realizou-se entre fevereiro e junho de 2018 e contou com 18

sessões em 7 espaços culturais e artísticos: Teatro Gil Vicente, Galeria Municipal de Arte, Museu de Olaria, Biblioteca Municipal, Monumentos locais, Espaço público e Ateliê de Artista plástico. Desenvolveu atividades em 8 áreas culturais e artísticas: Movimento/Dança, Artes Plásticas, Teatro, Música, Literatura, Cinema, Artesanato e Património.

Neste projeto participaram 9 alunos, 3 raparigas e 6 rapazes, com idades compreendidas entre os 17 e 18 anos de cinco cursos profissionais diferentes (Técnico(a) de Apoio à Infância / Animador(a) Sociocultural / Técnico(a) Auxiliar de Saúde / Técnico(a) de Eletrónica, Automação e Computadores / Técnico(a) de Gestão de Equipamentos Informáticos).

Durante 5 meses os alunos experimentaram diferentes áreas de expressão e criação sob a orientação de especialistas. No final do projeto foi apresentada uma performance final, desenhada com os elementos do grupo a partir das experiências vivenciadas nas diferentes sessões. O espetáculo, com duas sessões, uma para a comunidade escolar e outra aberta ao público, realizou-se no dia 14 de junho de 2018, no Teatro Gil Vicente. ■



PRINCÍPIO 5

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.



BRAGA

Projeto Pedalar pela leitura: a pensar nas pessoas para uma cidade de todos

Braga é, em 2018, Cidade Europeia do Desporto. Nesse campo de ação é levado a cabo um programa cujo foco é a cidade como pertença de todos, incidindo, particularmente, nos fatores positivos que o Desporto produz na sociedade.

Um dos alicerces fundamentais para um desenvolvimento sustentável aos níveis económico, social e cultural de uma cidade é a aposta no Conhecimento e na Educação, especialmente junto das gerações mais jovens. Uma estratégia que será tanto ou mais eficaz quanto se apresentar transversal e multidisciplinar, abrangendo políticas de promoção de hábitos de vida saudáveis, incluindo a prática desportiva.

“Pedalar pela Leitura” é exemplo de uma iniciativa que contribuiu para o propósito de desenhar a Cidade a partir das pessoas, das suas necessidades, cooperação e aspirações. Esta é uma prática que, na sua essência, fomenta o empenho em equipa em prol de um bem maior para uma cidade que pertence às pessoas. Foi com base nestes preceitos que, envolvendo as comunidades educativas de 12 estabelecimentos de ensi-

no, dos 2.º e 3.º ciclos do concelho de Braga, o projeto “Pedalar pela Leitura” estimulou milhares de alunos a, literalmente, pedalar para que a respetiva escola auferisse uma nova biblioteca. Graças ao estabelecimento de parceria com empresas de equipamento desportivo – que disponibilizaram bicicletas fixas nas escolas – e com a Porto Editora – que facultou os livros para a nova biblioteca – conseguiu-se ter, durante duas semanas, mais de 5000 km percorridos por alunos de diferentes escolas que dispuseram os tempos livres para praticar exercício físico num espírito de cooperação, de reunião de esforços, de partilha de objetivos e de persecução de um bem comum: o de ter uma biblioteca com condições mais propícias à leitura, ao estudo... Iremos continuar, por isso, a pedalar e a ler em virtude de uma Cidade Educadora. ■

PRINCÍPIO 12

O projeto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza, as campanhas e os projetos de todos os tipos que prepara, deverão ser objeto de reflexão e de participação, graças à utilização dos instrumentos necessários que permitam ajudar os indivíduos a crescer pessoal e coletivamente

CÂMARA DE LOBOS

O São Pedro de Câmara de Lobos – Uma Festa devolvida às pessoas

O Projeto de Ornamentação das artérias da baixa câmara-lobense teve início na edição de 2015 das tradicionais Festas de São Pedro e desde então tem vindo a ganhar notoriedade, não só a nível nacional como também a nível internacional, funcionando como impulsionador do turismo e da economia local, quer no âmbito das festas tradicionais do concelho, quer no decorrer do período de Verão, enquanto as ornamentações se encontram expostas.

A ideia inicial deste projeto consistia em mantê-lo apenas ao longo das festas em honra do padroeiro dos pescadores porém, dado o sucesso e o impacto positivo na promoção da cidade, as decorações estenderam-se ao longo do Verão.

De modo a envolver de forma ativa toda a população na realização das festividades, o desafio de realizar as decorações de rua foi lançado às diversas instituições sociais e culturais do concelho de Câmara de Lobos onde, recorrendo a diversos materiais, na sua maioria, resíduos urbanos reutilizados, algumas dezenas de voluntários, ano após ano, dão asas à sua imaginação e com rigor criam os mais ínfimos pormenores, que posteriormente são foco da objetiva de muitos dos curiosos que visitam o concelho para visualizar esta “arte reciclada”.

Como tem vindo a acontecer desde os primórdios deste projeto, este ano não faltaram elogios às decorações de rua realizada pelas várias associa-



CHAVES

Promoção da Educação para o empreendedorismo



O projeto para o empreendedorismo Comunidade Go On, é um concurso de ideias, estruturado em formato de competição entre equipas, concebido e dinamizado pela Unicer, com o intuito de promover a educação para o empreendedorismo nas escolas secundárias, junto das comunidades onde a opera. Neste âmbito uma equipa de 5 alunos da Escola Secundária Fernão de Magalhães (Ana Lia Gonçalves, Artur Carvalho, Cristina Magalhães, Ema Leite e João Gonçalves, acompanhados pela professora Maria dos Prazeres), foi a vencedora deste projeto. As temáticas dos projetos foram: Ambiente e Sustentabilidade, Turismo e Património, Artes e Criatividade, Comunidade e Cidadania. O projeto vencedor, na temática do ambiente e sustentabilidade, consiste num barco movido a pedais, estilo gaivota, com um tapete rolante implementado que recolhe resíduos sólidos do rio. Esta embarcação incluiria ainda um tablet resistente à água que daria informações aos passageiros do barco relativas ao meio ambiente, ao estado do barco e à história e cultura da localidade carregado por pequenos painéis solares instalados no barco. A zona de ação seria o Rio Tâmega em Chaves. O projeto abordava ainda outras vertentes tais como as

ções e entidades locais nomeadamente: Casa do Povo de Câmara de Lobos, Confraria do Santíssimo, Império da Ilha, Centros Comunitários Municipais, Centros Sociais e Paroquiais do Carmo, de Santa Cecília e Encarnação, Teatro Metaphora e Centro de Atividades Ocupacionais de Câmara de Lobos. De referir que a ornamentação contou ainda com a intervenção artística de Paulo Sérgio Beju e Cristina Sousa. Fruto de uma cooperação contínua entre toda a população, a festa, que

há largos anos era organizada em exclusivo pelo Município de Câmara de Lobos, foi devolvida à população. Hoje é um orgulho para todos os habitantes, que vêm o resultado do seu trabalho e imaginação contribuir de forma decisiva para a divulgação do concelho e aumento dos visitantes que diariamente se deslocam à cidade para captar com as suas objetivas estas decorações únicas na região. ■

PRINCÍPIO 18

A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objetivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas.

FUNCHAL

“Atividade Física Saúde e Bem-Estar para a população Menos Jovem”



parcerias com associações ambientais locais e nacionais, um sistema de preços variável conforme a quantidade de lixo recolhida por unidade de tempo (quanto mais lixo recolhido menor o preço a pagar e vice-versa), a possibilidade de organizar concursos com prémios sustentáveis de forma a incentivar o uso dos barcos e a sensibilizar a população para a importância de tomar atitudes amigas do ambiente. Como prémio final, os alunos tiveram uma viagem à Finlândia, onde visitaram uma escola secundária onde apresentaram o seu projeto a alunos finlandeses, trocaram impressões sobre o funcionamento do ensino em ambos os países, conversaram sobre o futuro do seu projeto com empreendedores numa visita à *Helsinki Think Company* e participaram ainda noutras atividades de interesse cultural e pedagógico. ■

PRINCÍPIO 13

O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário. Neste caso, deverá empreender, sem dirigismos ações com uma explicação ou uma interpretação razoável. Vigiará a que se estabeleça um equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia necessária à descoberta. Oferecerá, igualmente espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os seus habitantes possam assumir plenamente as inovações que aquelas geram.

A pensar na população sénior do concelho do Funchal e no seu envelhecimento mais ativo, dinâmico e social nasce o projeto “Atividade Física Saúde e Bem-Estar para a população Menos Jovem”, que pretende promover a prática regular da atividade física, fomentar hábitos de vida saudáveis e combater o sedentarismo dos munícipes com mais de 50 anos.

Nos três ginásios e núcleos de Freguesia (Ginásio da Barreirinha, Ginásio de São Martinho e Ginásio de Santo António) desenvolve-se um vasto leque de ativi-

ticulares. Complementarmente, são também idealizadas inúmeras aulas/ classes diárias agrupadas em função de patologias e nível de condição física.

O projeto, uma vez que tem como alvo a população adulta/sénior, para além de promover a adesão à prática de atividade física regular e orientada por profissionais qualificados, promove também a melhoria das capacidades físicas, estimula a autonomia socio-afetiva, a integração social e combate o isolamento bem como reduz o risco de desenvolvimento de doenças.



dades gratuitas nos diversos domínios social, cultural e recreativo, contribuindo-se desta forma para o desenvolvimento pessoal e social, a participação e a integração dos utentes.

Na adesão ao projeto, os utentes são sujeitos a avaliações iniciais e posteriormente a controles regulares para um maior e melhor acompanhamento da evolução de cada um. Existem aulas de trabalho/treino funcional, de força e fortalecimento muscular e classes específicas para cardíacos e diabéticos e para utentes com problemas osteoar-

São inúmeras as atividades complementares em ambiente *indoor* e *outdoor*, por exemplo: pintura, informática, jogos de sala, caminhadas alfabetização, leitura e biblioteca; inglês; expressão plástica. O encerramento das atividades culmina num espetáculo produzido por todos os participantes: “Festival Cultural Sénior”. ■

PRINCÍPIO 10

O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes

GANDOMAR

Plataforma + Saber – A Filigraninha

Considerando a garantia de promoção de uma Geração D'Ouro, num Município EducAtivo, e tendo por base o princípio orientador deste Executivo de promover o concelho, valorizando e dando a conhecer aos cidadãos e alunos o património e a riqueza natural de Gondomar, pretende-se inculcar nos mais jovens o gosto pelo seu território, na certeza de que esses cidadãos conhecedores do seu concelho o valorizarão e potenciarão ao longo do seu percurso quer escolar como profissional.

nas de pequena escala, de cariz familiar, utilizando técnicas passadas de geração em geração.

Em 2014, a filigrana ganhou notoriedade internacional, após a atriz Sharon Stone ter utilizado em Los Angeles, um dos corações de filigrana, produzidos numa destas oficinas de Gondomar. Assim, o artífice de Gondomar recebeu inúmeros pedidos, dando um novo impulso à indústria da Ourivesaria e da Filigrana. Este foi o motor de arranque para um movimento que se criou à volta desta forma de trabalhar o ouro, que impulsionou e dinamizou a economia local, internacionalizou a Filigrana, promoveu o Turismo e restantes setores da sociedade gandomarense.

Este movimento identitário, foi também plasmado em vários programas institucionais e ações culturais e educativas, dado o seu grande valor, também nestas vertentes.

Assim, o Município através do projeto Percursos D'Ouro, proporciona aos alunos do concelho a possibilidade de visitarem a Casa Branca de Gramido onde podem ver a exposição permanente "O Rosto da Filigrana, técnicas e saberes de Gondomar", composta pelo espólio angariado e restaurado pelo Município, fruto da doação de vários ourives, bem como, assistirem a uma demonstração da arte de trabalhar a filigrana, por um artesão in loco, dando a possibilidade dos alunos participarem manuseando os fios de prata.

Também na visita ao CINDOR - Centro

de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria, os alunos têm contacto com a história da ourivesaria de Gondomar.

O Município apostou ainda na criação de uma plataforma, da qual nasceu a mascote denominada "Filigraninha", de forma a promover a utilização das tecnologias de informação, criando um ambiente de aprendizagem inovador, dinâmico e interativo que permita aos alunos, professores e encarregados de educação a partilha de conhecimento e experiências.

Através da plataforma + Saber os alunos vão conhecer o património material e imaterial do seu concelho. Vão, também, compreender a importância de algumas estruturas do poder local e da sua participação, como cidadãos ativos e responsáveis, na construção de uma comunidade melhor.

Assim, através do sonho de um gandomarense, artesão de profissão e com a ajuda da autarquia, gerou-se um movimento participativo, de partilha intergeracional e turístico que colocou a filigrana e o nome de Gondomar além-fronteiras. ■

PRINCÍPIO 3

A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projectos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projectos, deverão ser orientados para a realização de iniciativas e ações cívicas, cujo valor consistirá precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respectivas capacidades e valores próprios de cada idade.

movimento participativo, de partilha intergeracional e turístico que colocou a filigrana e o nome de Gondomar além-fronteira

Gondomar é um território conhecido pela Ourivesaria e grande parte da sua história baseia-se numa relação estabelecida entre Homem-Oficina-Ouro. A Filigrana é o campo privilegiado na Ourivesaria Gandomarense, a sua produção é artesanal e praticada em ofici-



GUARDA

Oficina de escrita na Casa de Saúde Bento Menni

A Oficina de Escrita funciona a um ritmo semanal na Casa de Saúde Bento Menni sob orientação de técnicos da Divisão de Educação e Intervenção Social da Câmara Municipal da Guarda. Participam nas sessões dez utentes daquela instituição de saúde mental. Os utentes são estimulados a escreverem textos individuais e coletivos, desenvolvendo a sua criatividade e imaginação. Os textos são também analisados e discutidos, exercitando o espírito crítico. A grande maioria dos trabalhos criados na oficina têm por base a memória dos participantes. No âmbito deste projeto foram publicadas duas coletâneas de poesia, que

reúnem dezenas de trabalhos escritos ao longo dos meses: “Em cima de uma nuvem”(2017) e “Agora volto do labirinto (2018).. Foi também editado um caderno de poesia de uma das participantes (Maria de Lurdes Ribeiro), intitulado “Um silêncio cheio de rosas” (2018). As obras foram apresentadas na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço. Na circunstância, os autores leram alguns dos seus trabalhos. Para além de jogos e exercícios de “escrita criativa” os utentes participam também em iniciativas ligadas à “edição” de um livro, desde a escrita até à sua apresentação, passando pela impressão e encadernação. ■



PRINCÍPIO 2

Construir uma cidade que promove a educação na/ para a diversidade

LAGOA - ALGARVE

Criar (na) Cidade

Acolher a comunidade estrangeira residente no Algarve e conviver com ela, dar espaço e tempo à criatividade, ao desenvolvimento de competências de crianças com dificuldades de aprendizagem que põem as “Mãos na arte”, ou acolher diversas outras expressões artísticas que confluem na Escola de Artes Mestre Fernando Rodrigues, é uma experiência em curso em Lagoa que “alarga” e humaniza a cidade.

Da olaria às oficinas artísticas de pintura, escultura, música, entre outras, esta Escola abriga uma lista diversificada de atividades artísticas, para todos. É um dos espaços em que o Município de Lagoa vem investindo para promover a Educação pelas Artes, em modo não formal.

O último oleiro de Lagoa, Mestre Fernando Rodrigues, teve em 1982 a ideia de transformar, o que antes fora um matedouro, numa escola de artesanato. Mais tarde, em 1996, juntou-se-lhe a pintora Manuela Vale que se tornou sua aliada, e deu o nome a uma das principais salas de exposições da Escola.

Patico, um artista Lagoense da geração

que se segue aos primeiros, é um dos que assegura e atualiza quotidianamente o convite à criatividade na cidade.

Esta experiência foi apresentada aos participantes do I Encontro regional de Cidades Educadoras realizado em Lagoa nos dias 2 e 3 de outubro de 2018. Mas a Escola de Artes Mestre Fernando Rodrigues é apenas um dos vários equipamentos educadores que enquadram o programa, denominado “Construindo uma rede de cumplicidades” – de setembro a dezembro, Lagoa 2018.

Este programa integra quase uma centena de iniciativas construídas com diversos atores locais. Direciona-se para públicos diferenciados, mas na sua larga maioria as propostas são abertas a toda a comunidade. O Município de Lagoa pretende, com esta banda larga de propostas, marcar 2018 como o ano de Lagoa, Cidade Educadora. ■

PRINCÍPIO 10

O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.



LAGOA - AÇORES

Bolsa Jovens à descoberta

A Bolsa Jovens à Descoberta é um projeto que se encontra no 3º ano de implementação e pretende proporcionar a alunos do 11º e 12º ano da Escola Secundária de Lagoa a participação nos estágios de verão do programa Ciência Viva. Com esta iniciativa possibilita-se aos jovens estudantes uma experiência de grande importância a vários níveis. Desde logo, integram-se em projetos de investigação, onde desenvolvem e aprendem diferentes protocolos científicos. Contactam com investigadores, comunidades científicas, outros colegas e com o meio universitário. Estes alunos frequentaram diversas instituições em áreas dedicadas à Ciência, Tecnologia e Saúde e guardam experiências inesquecíveis, como eles próprios dizem: “Ajudou-me a perceber o que queria fazer no futuro, visto que o meu estágio era sobre farmácia e este curso pertencia ao meu leque de opções.”; “Ao contactar com a realidade de como é estudar numa universidade e ganhar a noção das exigências que são requeridas nas áreas que pretendo seguir foi muita

gratificante, permitiu-me ter uma perceção acerca da área que realmente me cativa.” Mas se a alguns estes estágios ajudam a confirmar as suas opções futuras, a outros ajudam a esclarecer dúvidas, “Este estágio foi importante para mim pois ajudou-me a descobrir o que não quero seguir.”

O Município de Lagoa definiu nos seus princípios de ação educativa, entre outros, a promoção do conhecimento científico junto das crianças e jovens que frequentam as escolas do concelho. São diversas as iniciativas que apoia e promove em contexto escolar. A Bolsa Jovens à Descoberta é mais uma iniciativa que proporciona aos estudantes desta escola e do concelho a realização de um estágio que de outra forma seria muito difícil conseguir devidos aos orçamentos elevados das deslocações e estadias, e que as famílias não conseguem suportar. Assim, esta iniciativa, que conta com um regulamento próprio, visa promover oportunidades de desenvolvimento e crescimento dos jovens do concelho. ■

PRINCÍPIO 1

A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem. Deverá contribuir para a correção das desigualdades que surjam então da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis



LAGOS

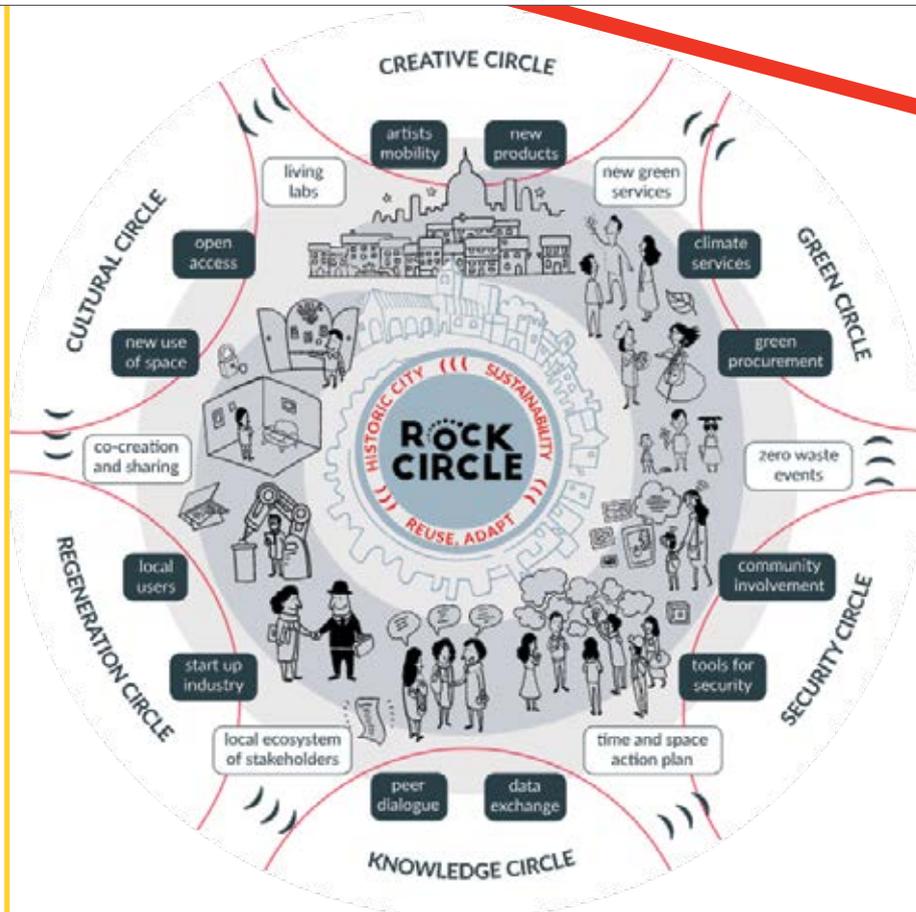
Semana Europeia da Mobilidade



Na Semana Europeia da Mobilidade, privilegiamos o uso do transporte público em detrimento do automóvel, razão pela qual incentivamos a que os cidadãos deixem o seu carro em casa, e aproveitem os transportes urbanos de Lagos, – A “ONDA”, de forma gratuita, cuja rede é composta por 9 linhas que servem todo o concelho.

Desafiamos os alunos a ir para a escola de bicicleta, skate, patins ou trotinete, e o aluguer ou aquisição de bicicletas tem descontos durante toda a semana. No dia 16 de setembro, um passeio de bicicleta pela cidade contou com a participação de mais de 80 pessoas, que ao longo de quase duas horas, apreciaram as lindas paisagens da cidade num ambiente descontraído, com cedência gratuita de bicicletas.

As caminhadas fazem parte do programa, abrangendo várias faixas etárias. No dia europeu sem carros (22 de setembro), para além dos transportes urbanos gratuitos, o comboio turístico e uma empresa de aluguer de bicicletas também cedem os seus serviços a todos os residentes gratuitamente. É dada a oportunidade para a frequência gratuita das piscinas municipais e do ginásio do complexo desportivo, como incentivo à prática de exercício físico. Temos demonstrado empenho numa



LISBOA

O projeto R.O.C.K. em Lisboa

mudança efetiva na forma como olhamos para a mobilidade no concelho. Esta mudança é feita “step by step” e requer uma adaptação dos hábitos dos lacobrigenses, razão pela qual a adesão a estas iniciativas é um passo importante.

Assim, e de forma exaustivamente planeada, o Município de Lagos tem previstas e projetadas para o ano de 2019, várias ações que visam melhorar as acessibilidades, com o objetivo de eliminar barreiras arquitetónicas na cidade, promovendo para o efeito e de um modo inclusivo, uma Cidade Para Todos. ■

PRINCÍPIO 8

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras. O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza. A cidade educadora deverá conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planeamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento amável e respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível.

O projeto R.O.C.K. (Re-use and Optimization of Cultural heritage in Creative and Knowledge based cities) foi aprovado no âmbito do Programa HORIZON 2020. Tem a duração de 3 anos (entre 2017 e 2020).

Trata-se de um projecto que assume a **cultura** como motor para a **regeneração urbana**, desenvolvendo uma abordagem circular inovadora, partindo da replicabilidade de projectos que tiveram sucesso em determinadas cidades (cidades-modelo) noutras cidades (cidades-replicadoras). Bolonha é a cidade coordenadora deste projecto, sendo Lisboa uma das cidades parceiras.

7 Cidades-modelo:

- Atenas, Cluj-Napoca, Eindhoven, Liverpool, Lyon, Turim e Vilnius

3 Cidades-replicadoras:

- Bolonha, Lisboa e Skopje,
- 23 Parceiros europeus, de 13 países, dos quais, 7 universidades e várias empresa. No âmbito do R.O.C.K, a Câmara Municipal de Lisboa selecionou como área de intervenção a frente ribeirinha das freguesias do Beato e Marvila e a sua relação com a Baixa (Terreiro do Paço), freguesia de Santa Maria Maior. Por contraponto ao território central do Cais Sodré-Baixa, mais desenvolvido

e menos carenciado em termos de infraestruturas, transportes e equipamentos, foi selecionada uma área que, localizada a oriente e unida pela frente ribeirinha, se manteve esquecida e quase abandonada depois do processo de desindustrialização da segunda metade do século XX.

Este vasto território caracteriza-se por:

- um contínuo urbano de grande importância histórico-patrimonial, na frente ribeirinha, onde se destaca um significativo número de edifícios relevantes –palácios, conventos, fábricas – maioritariamente degradados e expectantes que complementam um espaço público desqualificado;
- uma zona a norte de realojamento social e grandes vazios urbanos, nomeadamente espaços municipais não habitacionais (pisos térreos) ou reminiscências de antigas quintas abandonadas cujos edifícios principais subsistem em situação precária.

Como atividade principal do R.O.C.K, foi criado na Biblioteca de Marvila um *Living Lab*, numa parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa/Direção Municipal de Cultura (CML/DMC) e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).



No *Living Lab* está a ser realizado um trabalho com as comunidades locais, dinamizado por parceiros locais, com o objectivo de apoiar as dinâmicas locais de transformação, criatividade e inovação.

O *Living Lab* tem como objetivos gerais:

- Requalificação, salvaguarda e divulgação o património edificado com valor histórico-patrimonial;
- Requalificação do espaço público e dos espaços vazios (sustentabilidade e relevância ecológica);
- Consolidação da economia local intensificando a oferta de equipamentos, produtos, serviços e modelos de negócio;
- Estabilização das relações de vizinhança e sentimento de pertença, comunidade e proximidade.

Este *Living Lab* disporá de um Centro Interpretativo sobre Marvila/Beato que pretende:

- envolver, recuperar e integrar a memória dos habitantes deste território;
- contribuir para a compreensão, valorização e interpretação do património material e imaterial da zona;
- incentivar o conhecimento e a preservação da história local;
- induzir a curiosidade para conhecer Marvila;
- criar oportunidades de lazer e de aprendizagem informal para todo o tipo de visitantes;
- promover experiências singulares com o recurso a tecnologias digitais. ■

PRINCÍPIO 8

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.



LOULÉ

Loulé Sem Fronteiras

O projeto intervém no concelho de Loulé, centrando-se nas freguesias de Quarteira, Almancil, S. Clemente e S. Sebastião.

Tem por objetivo a prevenção da exclusão social dos imigrantes NPT's (Nacionais de Países Terceiros) em todas as fases do seu processo migratório, contribuindo para a facilitação e agilização da integração, através de exercício de cidadania e participação efetiva.

Pretende também promover a imigração regular, combatendo e minimizando a imigração irregular e os impactos que esta acarreta para cidadãos e sociedade.

Intervém no apoio individualizado nas famílias NPT e em prol da sensibilização das diferentes comunidades para a valorização da diversidade cultural.

Tendo noção da dificuldade de acessibilidade por parte dos imigrantes aos serviços, o projeto assume um papel de estrutura intermediária e facilitadora, em prol da obtenção das suas necessidades. Em suma, ambicionamos uma resposta de intervenção especializada focada nos imigrantes NPT's, que privilegia a valorização das suas competências.

Tomando em consideração as respostas sociais de âmbito concelhio, desenvolvidas pela Fundação António Aleixo desde 2005 até à atualidade, a

LOURES

GERAÇÃO Z

O Departamento de Educação da Câmara Municipal de Loures realizou no 3º período do ano letivo transato o projeto **GERAÇÃO Z**, do Teatro Umano. No âmbito da formação cívica e educação para a saúde foram levadas a cabo, em vários Agrupamentos Escolares, sessões de sensibilização sobre temáticas de particular interesse dos jovens alunos (3º ciclo do ensino básico) – sexualidade e gravidez na adolescência, violência no namoro, fomentar a tolerância bem como a diferença, entre outras.

A abordagem partiu sempre das artes participativas e do Teatro Fórum, sendo que com cada grupo ocorreram duas sessões de 90 minutos cada. No final foi criado um registo de cariz cinematográfico que servirá de futuro instrumento de trabalho nas escolas envolvidas. O regis-

to em causa compila cenas gravadas, na segunda sessão, em cada um dos estabelecimentos de ensino. Neste processo todos colaboraram, alunos, professores e assistentes operacionais, tendo sido criada uma dinâmica muito salutar e criativa nas escolas participantes.

Procuramos incentivar e estimular os alunos/jovens de Loures a empreender novas experiências. Nunca é demais proporcionar-lhes momentos que os ajudem a descobrir-se e a descobrir os outros porquanto é de pessoas que falamos. ■

PRINCÍPIO 4

As políticas municipais de carácter educativo devem ser sempre entendidas no seu contexto mais amplo inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, da qualidade de vida e da promoção dos seus habitantes e não formal, sempre ao longo da vida.



instituição possui uma vasta experiência no trabalho com famílias vulneráveis, nomeadamente com população imigrante. Embora existam serviços de apoio a imigrantes (CLAIM e associações imigrantes), os novos ciclos migratórios desencadearam a necessidade de alargar a resposta de apoio a esta população, primordialmente aos NPT's. Dessa forma, surge o Projeto "Loulé Sem Fronteiras", com intervenção concelhia, com duração de 3 anos,

considerando-se como uma experiência pioneira de âmbito distrital, no sentido de fomentar a interculturalidade e multiculturalidade entre nós e os outros. Experiência inovadora e criativa no sentido de promover a diversidade de vivências culturais, regendo-se pelos princípios da igualdade e da diferença, contribuindo de uma forma pró-ativa para a interação positiva, potenciando o desenvolvimento económico do concelho de Loulé. ■

PRINCÍPIO 8

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.



LOUSÃ

Lousã aposta em atividades de lazer e trabalho nas Pausas Escolares
A Lousã como pertença de todos.

A Lousã tem um programa de Estágios de Verão para estudantes entre os 14 e os 18 anos, em parceria com o Espaço Je6g da Associação ACTIVAR. São recrutados jovens que desenvolvem competências sociais, pessoais e profissionais, fazendo serviços de pinturas, limpezas e manutenção, pretendendo-se fomentar a pertença aos espaços públicos da Lousã.

Este ano, 40 jovens trabalharam 10 manhãs nos Bombeiros, no Centro Logístico, numa antiga escola, em fontenários e museus, em julho e agosto. Cada um recebeu uma bolsa e 10 ingressos diários para a piscina. Empresas e Instituições da região podem também solicitar estagiários.

Como outros municípios, a Lousã realiza "Férias Ativas" - para crianças entre os 6 e os 14 anos, no Natal, Páscoa e Verão. Este Verão houve 735 inscritos em 8 semanas e diversas iniciativas lúdicas e culturais, como cinema, pintura, desenho, jogos aquáticos, caminhadas e visitas a castelos, museus, Centro de Ciência Viva, praias fluviais e de mar. Dado o contexto da Serra da Lousã, visitou-se a Escola Agrária de Coimbra e trabalhou-se no arranque manual de cerca de 200 espécimes de *Acacia dealbata*, contribuindo para o programa de "Controlo e Erradicação de Flora Exótica Invasora para Conservação de Habitats e Espécies da Mata do Sobral". É ainda de relevar que o Consórcio do Espaço J, do qual fazem parte a Câmara Municipal, a ACTIVAR e outras 5 entidades, se candidatam a programas do



desenvolvem
competências
sociais, pessoais
e profissionais

PRINCÍPIO 4

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as actividades de formação em valores éticos e cívicos.

Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projecto colectivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

IPDJ), para proporcionar respostas aos jovens. Este verão, 3 jovens entrevistaram os membros do Conselho Municipal de Juventude da Lousã e analisaram as suas propostas, para ser elaborado um Plano Municipal de Juventude. Outros 2 estiveram a desenvolver iniciativas de cultura e desporto.

O Espaço J, com a Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, promoveu ações de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas integrando 10 jovens, bem como a ocupação de tempos livres “Carpe Diem” onde 50 inscritos dos 10 aos 16 fizeram ações de voluntariado de índole ambiental.

Como medida de apoio à mobilidade jovem durante as férias, os alunos com passe escolar TRANSDEV podem usufruir de transporte gratuito para as 3 praias fluviais do concelho que têm Bandeira Azul. Também os interessados em viajar entre Lousã e Coimbra podem pedir bilhetes antecipados de ida e volta. ■

LOUSADA

Pequenos Deputados Grandes Ideias

Todos os anos o Município de Lousada promove a atividade de “Pequenos Deputados, Grandes Ideias”. Esta iniciativa tem como base a constituição de uma assembleia com representantes dos alunos do 4.º ano, onde poderão discutir os problemas do concelho que mais os preocupam.

Desta forma, o objetivo passa também por dar a conhecer o Salão Nobre da Câmara, o significado do mandato autárquico, as regras do debate autárquico e o processo de decisão da Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo dos Lousadenses. Esta iniciativa é também uma forma de promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões, de incentivar a reflexão e o debate sobre os problemas do concelho e de proporcionar a experiência de participação em processos eleitorais. Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política, estimular as capacidades de expressão e argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria são outros dos objetivos inerentes à realização dos “Pequenos Deputados, Grandes Ideias”.

Cada escola seleciona um aluno do 4.º ano, que é representante de todos os alunos dessa escola. O representante apresenta as ideias e sugestões de todos os colegas, com a ajuda do professor. ■

MATOSINHOS

Construir o Currículo Local no concelho de Matosinhos. A experiência do “Surfing na Escola”.

É amplamente reconhecido que a prática desportiva do Surf e do Bodyboard favorece o desenvolvimento global das crianças e jovens, contribuindo para a integração comunitária e para uma maior consciência social e ecológica. A localização geográfica privilegiada do Concelho de Matosinhos reúne as condições ideais ao desenvolvimento e aprendizagem precoce destas modalidades em particular a praia de Matosinhos, com condições de excelência. Parte de um vasto projeto de conceção e desenvolvimento do currículo local, no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no concelho, em articulação com o currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB), as orientações programáticas para a Atividade Física e Desportiva (AFD) e a política desportiva local – Mar e Desporto, o projeto “Surfing na Escola” pressupõe, entre outras, a aquisição de competências e técnicas básicas nas modalidades desportivas de Surf e de Bodyboard. Estas são desenvolvidas em aulas práticas na praia de Matosinhos e destinam-se a alunos do 4.º ano de escolaridade que frequentam a AFD no âmbito das AEC. Pela proximidade ao mar, foram selecionados os alunos do Agrupamento de Escolas de Matosinhos e do Agrupamento de Escolas Professor Óscar Lopes. São também parceiros do projeto a Associação Onda do Norte, a Grua Surf Co. e a Escola Superior de Educação do Porto.

São objetivos gerais do projeto: (i) iniciar a aprendizagem do Surf e Bodyboard no 1º CEB; (ii) democratizar o acesso à prática de desportos de Mar, nomeadamente o Surf e o Bodyboard; (iii) integrar o Surf e Bodyboard como

prática desportiva na Componente Local do Currículo do Concelho.

Num primeiro estudo deste projeto, sobre a aquisição de competências na



componente de *Bodyboard*, em que participaram 171 alunos [107 do sexo feminino (62,6%) e 64 do sexo masculino (37,4%), entre os 8 e os 10 anos de idade ($M = 9,3$; $DP = 0,6$)], os resultados preliminares são estatisticamente significativos ($p < ,05$) entre o primeiro momento de avaliação e a avaliação final, refletindo uma evolução dos desempenhos na execução das técnicas: Posição Base, Deslize para a Frente e Deslize com Trajetória. Estes resultados sugerem grande potencialidade de aprendizagem nestas modalidades desportivas em idades precoces. ■

PRINCÍPIO 9

Os Municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzem na cidade.

PRINCÍPIO 5

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzem na cidade.

O papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarão possíveis e o de avaliar a sua eficácia, assim como de obter as normas legislativas oportunas de outras administrações, centrais ou regionais.



MEALHADA

Centro de Interpretação Ambiental-Laboratório Vivo do Bussaco (CIA)

O CIA nasceu em 2015, numa parceria com a Fundação Mata do Bussaco. É um investimento da autarquia com recurso a Fundos Comunitários, no âmbito da estratégia municipal de promoção do desenvolvimento sustentável e da preservação e valorização do Bussaco, no conjunto arquitetónico e ambiental, candidato a Património Mundial da UNESCO. Pretende sensibilizar a comunidade e o público escolar para os desafios da sustentabilidade do planeta, a preservação com a participação ativa de todos os cidadãos, aumentar o conhecimento científico, reforçar a identidade cultural, promover o desenvolvimento turístico sustentável e preservar o ecossistema da Serra do Bussaco. As atividades dividem-se em dois es-

paços: CIA/Parque Urbano onde funciona o laboratório científico e Laboratório Vivo, onde em articulação com o serviço educativo do Bussaco são desenvolvidos Foras de Portas para Famílias, Recriações Históricas e Eventos Culturais e Desportivos.

A participação do cidadão de âmbito não formal, assente nos princípios Living Lab, onde a comunidade é transformada num laboratório social de participação em prol do conhecimento e da preservação da Identidade Cultural e Ambiental do Bussaco.

É também um processo participativo transgeracional, sensibilizando os mais novos para a necessidade de salvaguarda e preservação do planeta. ■

www.cm-mealhada.pt/menu/673/centro-de-interpreta%C3%A7%C3%A3o-ambiental



PRINCÍPIO 10

O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes prestando uma atenção especial à infância e à juventude.

MOURA

Noite Branca
= Projeto coletivo
+ cidade viva

Foi no dia 16 de junho de 2018 que se realizou, em Moura, a 1ª edição da "Noite Branca", promovida pela Câmara Municipal de Moura, em colaboração com a comunidade local.

Desde a primeira hora, o comércio local, as empresas, as associações desportivas e culturais, os artistas e outros atores locais foram envolvidos no projeto por forma a fomentar a participação cidadã com uma perspetiva crítica, co-responsável, organizada e com tempo e espaço para a sua manifestação espontânea.





Esta foi uma noite diferente em que a cidade se vestiu de branco e as ruas se encheram de animação e de milhares de pessoas que conviveram e fizeram desta noite um momento de festa e colaboração.

A organização da “Noite Branca” preparou um vasto programa de iniciativas “mistério”, como animação musical, dança, artes circenses, passagem de modelos, entre outras, que iam acontecendo em vários pontos da cidade e surpreendiam crianças e adultos. O comércio local teve um papel

fundamental já que aderiu ao desafio lançado pelo município, decorando as suas montras com temas alusivos à iniciativa e promovendo também iniciativas próprias. A população participou em massa às atividades propostas tendo sido possível observar que alguns populares confeccionaram e utilizaram

indumentária própria para esta noite. A “Noite Branca” ficou na recordação de muitos mourenses e visitantes, e tendo sido superadas todas as expectativas, as entidades e os cidadãos aguardam uma nova edição. ■

PRINCÍPIO 9

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos. Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projecto colectivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.



ODEMIRA

“Era uma vez... Odemira” para crianças e respetivas famílias

“Era uma vez... Odemira” trata-se de um projeto de Educação Não Formal, financiado pelo Município de Odemira e desenvolvido pelas Associações TIC TAC – Associação para a Promoção de Tempos Livres das Crianças e Jovens – e RIO – Reviver e Inovar Odemira – que envolve processos de aprendizagem participativos, baseados na experiência, na autonomia e na responsabilidade de cada participante. Este projeto visa criar oportunidades para uma educação mais ampla, atualizada, acessível e democrática, não só para as crianças mas também para as suas famílias. O Projeto “Era uma vez... Odemira” facilita o acesso a aprendizagens ao longo da vida fundeando-se em todo o potencial educador inerente a este território e servindo os objetivos subjacentes à condição tida por Odemira, como membro da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

É objetivo principal divulgar o conce-

lho de Odemira a todas as crianças, pais e educadores, de uma forma apelativa, dinâmica e sugestiva através de uma plataforma online e de uma agenda mensal, destacável e colecionável, abordando as seguintes áreas temáticas: património natural, património histórico-arqueológico, património etnográfico, património edificado e atividades económicas.

O Município de Odemira decidiu dar asas a este projeto por considerar fundamental envolver cada vez mais e de modo pró-ativo, as crianças no processo de conhecimento do seu território envolvendo a família e a escola, com o objetivo de colaborar na construção da sua autonomia, capacidade de decisão, de socialização e reforço da cooperação interpares. ■

PRINCÍPIO 7

Construir uma cidade que tem identidade e que a promove e a reconstrói com todos, todos os dias.

ODIVELAS

Programa Municipal para a Promoção do Envelhecimento Ativo

Projeto Novas Tecnologias e Informática Sénior

A Câmara Municipal de Odivelas, através do Setor de Envelhecimento Ativo, em parceria com a Fundação Vodafone Portugal tem vindo a promover o Projeto “Novas Tecnologias e Internet Sénior”(Nível I e II). Este projeto visa ampliar as oportunidades de acesso às novas tecnologias para os munícipes seniores e valorizar os processos de ensino/aprendizagem na área, fomentando uma cidadania ativa e a melhoria da qualidade de vida deste segmento específico da população.



OLIVEIRA DE AZEMÉIS

1º Festival de Espantalhos de Portugal – Francisca OAZ

Em junho último, mais de 1300 espantalhos invadiram as ruas da cidade de Oliveira de Azeméis, bem como as freguesias do concelho, numa adesão espontânea e livre ao 1º Festival de Espantalhos de Portugal, que surpreendeu pela dimensão da participação.

O Festival resultou de uma parceria profícua entre o município e a mentora e criadora artística do projeto, Conceição Ferreira, a mesma que em 2000 colocou a freguesia de Macinhata da Seixa no *Guinness Book*, numa mostra de espantalhos que atingiu o número recorde de 1113.

Os espantalhos, simbolizando a valorização das tradições, vão para além destas: a possibilidade de cada um poder ser um participante ativo, ou melhor, de tornar-se num “construtor” do festival fazendo o seu espantalho, num processo criativo próprio e diversificado e de total liberdade, criando um

sentimento de pertença que reforça a identidade local.

A “espantalha” Francisca OAZ, imagem do Festival, foi a protagonista de um belo livro infantil cuja apresentação foi parte integrante do Festival, e foi também objeto da produção de um musical. Outras iniciativas de cariz cultural e lúdico incluíram: a arte urbana con-

cretizada, nomeadamente, na pintura de caixas da EDP por artistas, na sua maioria jovens oliveirenses, que desse modo deixaram na cidade a sua marca; os concertos e animações musicais, de diversa natureza; uma instalação referente à participação portuguesa na 1ª guerra mundial sediada no largo da República (em frente ao edifício dos



Curso de Inglês para Seniores (Nível I e II)

Projeto de âmbito social e de cariz pedagógico, destinado a pessoas residentes no concelho de Odivelas, com idade igual ou superior a 55 anos que, pretende dotar os formandos de ferramentas que lhes permitam aprender ou aperfeiçoar outro idioma, conhecendo deste modo, outra cultura e seus costumes.

Os cursos são ministrados por voluntários do Banco Local de Voluntariado de Odivelas e têm a duração de um ano letivo. ■

PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspetos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares.

paços do concelho), motivo de curiosidade dos passantes, entre os quais caminheiros da Rota de Santiago que, ao mesmo tempo, iam fotografando a cidade transfigurada com as varandas e os espaços verdes cheios de novos habitantes que trouxeram novo colorido e nova vida à terra que a Francisca Oaz resolveu adotar para viver.

O Festival dos Espantalhos contribuiu para tornar Oliveira de Azeméis na terra onde apetece estar e aonde apetece voltar. ■

PRINCÍPIO 2

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social. À partida, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.

PALMELA

Palmela, Município Educador, Território de Convivência – Projeto Educativo Local

PALMELA, MUNICÍPIO EDUCADOR - TERRITÓRIO DE CONVIVÊNCIA reforça e valoriza o território ao serviço das pessoas como fator fundamental da qualidade de vida.

A necessidade de construir e reconstruir laços e vínculos entre as pessoas, fomentar uma convivência hospitaleira e amistosa e desenvolver as potencialidades e aptidões de cada um, é o desígnio do Projeto Educativo Local de Palmela (PEL). Assumido como um instrumento de transformação social, que assenta em políticas de desenvolvimento integrado e sustentável, o PEL tem permitido colocar a educação nos diferentes espaços, âmbitos e atuações do município.

Ao longo dos últimos anos e partindo de práticas locais e de reflexões intermunicipais, através da participação no trabalho no Grupo de Trabalho PEL da RTPCE que desenhou o documento "Contributos para a construção de um Projeto Educativo Local de uma Cidade Educadora", o município de Palmela tem vindo a implementar

práticas colaborativas com diferentes entidades e espaços educativos, possibilitado colocar a educação na agenda do território de Palmela.

construir e
reconstruir laços e
vínculos entre as
pessoas

A 2ª edição do MERCADO DA CIDADANIA, a decorrer em Pinhal Novo entre 18 e 20 de outubro, reflete a rede de cumprimentos e de dinâmicas sociais e participativas que se constrói no Território com as Pessoas. A partilha de ideias, de experiências e saberes, afirmam este evento como um espaço privilegiado da educação informal e da dinamização comunitária, garante da igualdade de oportunidades, da educação ao longo da vida e da cidadania.



O Caderno de Recursos Educativos, instrumento de trabalho que sublinha a importância do uso racional dos recursos e das relações e o Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos, são exemplos de respostas a necessidades concretas na área da educação, que integram a Escola, a administração do território, as instituições, os agentes locais e as pessoas.

Reforçando esta atuação do PEL, o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar “Eu Conquisto o meu Sucesso”, projeto de desenvolvimento territorial, integrado no PORLisboa2020 e com forte impacto na sala de aula, onde se destaca a participação da família e da comunidade, é uma aposta do município e das escolas na rentabilização dos recursos, na cooperação e na coresponsabilização de práticas colaborativas, que reforçam o valor da educação pública inclusiva, plural e promotora de oportunidades de aprendizagem e de formação.

As práticas locais assentam, pois, em metodologias, dinâmicas, partilhadas e flexíveis, que conciliam o tempo dos processos e dos instrumentos metodológicos com o tempo das necessidades das pessoas e reforçam o *direto à cidade educadora e o compromisso da cidade, ao serviço integral das pessoas.* ■

PRINCÍPIO 15

Construção de uma cidade que transmite a importância da educação informal como um processo de formar cidadãos formadores de convivência

PAREDES

Golfe para tod@s

A atividade do Paredes Golfe Clube no Campo de Golfe do Aqueduto iniciou-se em setembro de 2012. Na origem do projeto esteve a vontade de, por um lado, diversificar a oferta desportiva no concelho de Paredes e, por outro, promover a democratização do golfe.

Desde o primeiro dia que a autarquia tem constituído um parceiro-âncora do Paredes Golfe Clube, possibilitando o ensino da modalidade às crianças de Paredes e a todos os Paredenses interessados em descobrir e desenvolver o gosto pela modalidade. Ao longo dos últimos anos, o PGC formou professores com os níveis I e II no ensino de golfe, através de cursos creditados



e organizados pelo Ministério da Educação em parceria com a FPG e com o Centro de Formação da Associação de Escolas de Paredes e Paços de Ferreira (CFAEPP), no Campo do Aqueduto. O Campo do Aqueduto é o centro operacional do Norte do movimento Special Olympics, tendo trabalho feito junto de pessoas com Necessidades Educativas Especiais, quer dos núcleos escolares, quer das IPSS do concelho de Paredes, quer da Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel. Em 2017, com o apoio da autarquia de Paredes e o sponsoring da Quinta da Avelada, foi realizado o primeiro Ranking de Golfe Adaptado do país.

PENALVA DO CASTELO

Ponte Medieval de Trancozelos foi palco de espetáculo Multisensorial

A Ponte Medieval de Trancozelos foi o cenário do espetáculo Multisensorial “**Pontes perenes sobre águas temporárias**”, realizado no âmbito da programação Cultural em rede da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a colaboração do Município de Penalva do Castelo.

O primeiro espetáculo de “Pontes perenes sobre águas temporárias” decorreu nas margens do rio Dão junto à ponte de Trancozelos (freguesia de Trancozelos, Município de Penalva do Castelo), no sábado 15 de setembro, no contexto do qual foram ativados os sons da paisagem envolvente, foram contadas histórias locais da ponte e foi feita uma homenagem à forte tradição musical do concelho, com a presença de músicos locais, entre os quais membros da Banda Musical e Recreativa de Penalva do Castelo, do Rancho Folclórico de Penalva do Castelo e Grupo de Concertinas do Dão.

Este é um projeto da associação Binaural/Nodar, na forma de concerto multidisciplinar de ativação multisensorial e antropológica de pontes do território de Viseu Dão Lafões, usando todo o contexto envolvente, as características arquitetónicas das pontes e histórias locais para gerar experiências únicas e irrepetíveis.

O espetáculo foi um verdadeiro rio de memórias, sons, música, objetos, indumentárias e cheiros evocativos do quotidiano ancestral da ponte pluricentenária de Trancozelos. Tudo foi possível graças ao envolvimento da comunidade de Trancozelos, que partilhou testemunhos, das vivências de outrora - fundamentais para a concretização desta atividade. ■



Para além do sucesso competitivo, o projeto tem dado cartas no combate ao sedentarismo, sobretudo sénior, mas também no espectro do desenvolvimento físico e intelectual de crianças e jovens com deficiência. O trabalho com atletas com diagnóstico de síndrome de Asperger, por exemplo, tem resultado num aumento da socialização e capacidade de concentração dos mesmos. Os outros beneficiários, como são os alunos dos núcleos de necessidades educativas especiais, é reconhecido o papel do golfe no aumento da auto-estima e auto-confiança, assim como a sua valorização pessoal. ■

PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspetos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares.

Para o planeamento e governo da cidade, tomar-se-ão as medidas necessárias tendo por objetivo o suprimir os obstáculos de todos os tipos incluindo as barreiras físicas

que impedem o exercício do direito à igualdade. Serão responsáveis tanto a administração municipal, como outras administrações que têm uma influência na cidade, e os seus habitantes deverão igualmente comprometerem-se neste empreendimento, não só ao nível pessoal como através de diferentes associações a que pertençam.

PÓVOA DE LANHOSO

Convivência para o sentimento de pertença

A construção do Parque do Pontido foi iniciada em 2005, tendo como base uma política coletiva de transformação dos espaços e lugares da cidade, das condições ambientais e das práticas sociais numa nova configuração com respostas às mudanças de vida que beneficie toda a gente. Essa configuração foi discutida com os agentes da cidade e a os contributos dos povoenses foram decisivos para o projeto desenvolvido. Ao longo dos anos foi sendo alvo de intervenções, sempre com o intuito de criar mais e novas infraestruturas que vão de encontro às necessidades e interesses da população, agregando um variado leque de público, assim como uma diversidade imensa de idades e gostos pessoais. Instalado numa envolvente natural e de grande beleza, nas imediações do centro da Vila e da sede do Concelho, onde passa um rio, está instalado um conjunto de infraestruturas desportivas, sociais e culturais objetivando um grande leque de respostas. Numa só envolvente, instaladas num espaço de grandes dimensões, cerca de 7ha, encontra-se um edifício de linhas modernas e simplistas, designado por “Espaço Jovem” que está dotado de equipamentos informáticos e sitio Internet e está instalada a antena europeia. Possui jogos de mesa que potenciam encontros intergeracionais e promove o programa “Férias Ativas” nas interrupções escolares, com monitores credenciados pelo IPDJ. Este espaço tem uma programação permanente para públicos diversos, na qual se integram a realização de uma variada oferta de Workshops. Dada a sua ampla diversidade e programas culturais e de lazer



PRINCÍPIO 2

A Cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem. Deverá contribuir para a correção das desigualdades que surjam então da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis.



SANTA MARIA DA FEIRA

NIGHT RUNNERS

Sob o lema “Desporto Fazemos Bem”, Santa Maria da Feira reconhece o papel determinante que o Desporto tem no desenvolvimento social e económico do seu território.

É função da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira desenvolver uma política que, através da atividade física e do desporto, contribua para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da sua população.

Esta autarquia tem como missão, na área do Desporto, desenvolver e apoiar iniciativas de natureza desportiva dirigidas a todos os segmentos da população, bem como criar as condições materiais e fomentar o estabelecimento de parcerias com o movimento associativo, que contribuam para a generalização do acesso à prática desportiva.

Santa Maria da Feira pretende ser um modelo de excelência na promoção do Desporto como meio de saúde, educação, socialização e criação de valor para os seus cidadãos e comunidades desportivas, com recursos humanos qualificados e motivados para irem ao encontro das expecta-



de manutenção física que pode ser utilizado por crianças, jovens, pessoas adultas e também pessoas com necessidades especiais, nomeadamente para deficientes visuais, potenciando a interação e a inclusão. Estes equipamentos adaptados às pessoas cegas, que possuem uma gravação áudio nos seus telemóveis, possibilitam a prática de atividades passíveis de serem desenvolvidas em cada equipamento. No mesmo espaço encontra-se ainda uma plataforma fixa que serve de palco a uma variedade imensa de espetáculos, desde concertos, passagens de modelos, cantares ao desafio, atuações de rancho, assim como encenações de peças de teatro e com um anfiteatro natural para o público. Numa outra vertente, o Parque do Pontido coloca ao dispor dos adeptos de caravanismo, uma estação onde podem pernoitar e tratar da auto caravana. Possui também um parque de atividades radical e dois parques infantis, um parque de merendas, um circuito pedonal parcialmente coberto por uma ramada com plantas como o jasmim e outras que tornam mais agradável uma caminhada saudável junto ao rio. Este conjunto de infra estruturas permite o encontro, a interação e a partilha de interesses, valores, sentimentos entre os diferentes grupos, com atividades que são promotoras da identidade e do sentimento de pertença de tod@s. ■

dirigido à juventude, este é um espaço de referência na sede do Concelho. Promove ainda o programa “Juventude em Movimento”, algo que permite aos jovens do Concelho um primeiro contacto com o mundo do trabalho nas diversas áreas dos serviços municipais, recebendo para isso uma bolsa. No seu exterior, o espaço é dotado de um campo relvado sintético para diferentes práticas desportivas, balneários e wc’s, assim como um parque composto por diversos equipamentos

PRINCÍPIO 15

Incluir: Construir uma cidade onde todos e todas se sintam significativos e que o sejam sempre ao longo da vida.



tivas da população, promovendo a qualidade de vida no concelho. É neste enquadramento que surge o projeto Night Runners.

A caminhar ou a correr, os participantes deste evento noturno têm a possibilidade de fazer o seu treino acompanhado por diversos aficionados do Atletismo, e orientados por profissionais da modalidade, ao mesmo tempo que despertam para a descoberta do território, dado que para além da atividade física esta iniciativa pretende estimular para um melhor conhecimento da cidade.

Transversal a todas as faixas etárias – crianças a seniores – para muitos esta é a primeira oportunidade/experiência de prática desportiva e de combate ao sedentarismo. Em registo informal, a correr ou a caminhar, todas as semanas várias dezenas de pessoas se encontram para conviver e praticar desporto. ■

PRINCÍPIO 13

O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário.



SESIMBRA

Cem Diferenças, sem Diferença

No passado dia 07 de Julho decorreu na Fortaleza de Santiago em Sesimbra a VII Edição do Cem Diferenças, Sem Diferença. Trata-se de um projeto promovido no âmbito da ação social que tem como objetivo principal promover a interculturalidade através da mostra de outras culturas a fim de prevenir eventuais situações discriminatórias. Este ano o Cem Diferenças incidiu na cultura chinesa, uma vez que, apesar de ser uma comunidade com pouca representatividade no nosso concelho, o misticismo intrínseco a esta cultura suscita sempre muita curiosidade e por vezes até algum preconceito. Durante este evento, que contou com a colaboração da Associação Buddha's Light, estiveram presentes várias bancas com caligrafia, artesanato, trajes típicos e gastronomia Chinesa. Reali-

promover a interculturalidade através da mostra de outras culturas a fim de prevenir eventuais situações discriminatórias

zaram-se igualmente workshops de Chá Zen, Tai-chi e Meditação e à noite houve um espetáculo de música e dança Chinesa que contou com a presença de inúmeros participantes. ■

PRINCÍPIO 2

A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo... Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as de cultura popular, independentemente da sua origem... Deverá contribuir para a correcção das desigualdades que surjam então da promoção cultural...".

SETÚBAL

Desafios da educação em debate

Setúbal foi o centro do debate sobre o estado atual da educação e os desafios futuros com a IV Conferência Anual de Educação de Setúbal, realizada a 12 de setembro, no Fórum Municipal Luísa Todi e na Escola de Hotelaria e Turismo. Com o tema “Setúbal, Cidade Educadora: Um Mundo de Desafios”, o encontro, organizado pela Câmara Municipal de Setúbal, juntou especialistas das ciências da educação, que partilharam boas práticas locais, nacionais e internacionais, com o objetivo de procurar novos caminhos e definir ações concretas e adaptadas às especificidades do território.

António Bolivar, professor catedrático da Universidade de Granada, Espanha, com uma comunicação sobre Desafios

da Educação, refletiu acerca da forma como a cidade pode apoiar a escola e como cada cidadão pode educar.

Na mesa-redonda “Educação: Uma Responsabilidade Partilhada”, os vereadores da Câmara Municipal de Setúbal Carlos Rabaçal e Ricardo Oliveira deram a conhecer as boas práticas do município.

Carlos Rabaçal apresentou o programa Nosso Bairro, Nossa Cidade, distinguido, em 2018, com o Prémio Cidades Educadoras com Boas Práticas de Educação Cidadã através da Participação, e Ricardo Oliveira destacou o compromisso da autarquia para “construir uma cidade em que a educação ultrapassa os muros das instituições”.

Destaca-se ainda a apresentação de re-



sultados locais do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, pelos diretores de agrupamentos e escolas não agrupadas, bem como das medidas implementadas pelo município no âmbito da candidatura ao programa PORLisboa 2020, medida 10.1.

Além de outros painéis realizados no Fórum Municipal Luísa Todi, que permitiram partilhar, ao longo do dia, reflexões sobre os desafios que se colocam à educação, foram apresentadas, na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, experiências locais de êxito na



SILVES

Projeto “O Bairro é Meu”

O Projeto “O Bairro é Meu!” nasceu na sequência da candidatura ao programa Escolhas, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações – ACM, IP, no âmbito da primeira reunião do Contrato Local de Segurança, para promover a inclusão social dos residentes no Bairro da Caixa D’Água, bem como dos residentes no Bairro SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) em Silves.

A inauguração no passado dia 30 de julho, que contou com a presença da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Isabel Oneto, deu a conhecer inúmeras alterações estéticas

já tinham sido efetuadas no Bairro da Caixa D’Água, nomeadamente, o complexo desportivo e futura sede do projeto, foram totalmente remodelados. Foi também criada uma peça de arte urbana, pintada na fachada de um dos lotes, com a palavra “juntos” inscrita que se tornou o *slogan* informal do projeto.

Propõe-se que os habitantes do bairro atribuam nomes às suas ruas. Espera-se, também, capacitar pessoas para que possam constituir condomínios que possam gerir e ganhar capacidade negocial para cada edifício. Ambiciona-se, também, com a colaboração dos habitantes, dar formação e recuperar espaços públicos (por ex. espaços ver-

PRINCÍPIO 7

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e ser a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens devem ser compatíveis com os modos de vida internacionais. Poder assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social.

À partida, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e factor de coesão entre as pessoas.





promoção de sucesso educativo, sob o lema “Caminhos que se trilham”. ■

PRINCÍPIO 5

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.

O papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarão possíveis e o de avaliar a sua eficácia, assim como de obter as normas legislativas oportunas de outras administrações, centrais ou regionais.

des), bem como dotar o espaço público de locais de jogo e recreio para todos. Numa segunda vertente irá apostar-se em estratégias preventivas de combate ao absentismo e abandono escolar, bem como ao insucesso escolar.

Presentemente, quatro estagiários (provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional) encontram-se instalados na sede do projeto, dando continuidade às tarefas implementadas para a intervenção proposta.

Efetuem atividades de animação com as crianças residentes, assim como um levantamento de informação relativa a um dos grandes objetivos desta iniciativa – a promoção de cursos formativos com vista à integração no mercado de trabalho. Desta forma, espera-se capacitar os residentes para revelarem competências e mostrarem o melhor de si, com a garantia imediata de emprego. Também se torna importante referir que, presentemente, o projeto tem em mãos os planos para a criação de um parque infantil, assim como de um espaço *workout*. ■

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Assembleia Municipal Jovem de S. João da Madeira

Lançado no início de 2018, este é um espaço de reflexão e debate sobre temas direcionados aos jovens, valorizando as suas opiniões, interesses e vontades, possibilitando a exposição das suas ideias, a partilha das suas preocupações e o encontro de soluções comuns.

A Assembleia Municipal Jovem de S. João da Madeira é da responsabilidade da Assembleia Municipal de S. João da Madeira que, em articulação com a Câmara Municipal e as escolas do município, pôs em prática este projeto direcionado a todos os alunos da cidade, do 4º ao 12º anos de escolaridade, com vista à promoção do seu papel cívico e intervenção social.

“Eu e os Outros na minha escola e na minha cidade” foi o tema do primeiro ano de concretização deste projeto.

Os 36 jovens das escolas de S. João da Madeira que foram eleitos como participantes efetivos na primeira edição, tiveram a oportunidade de participar, gratuitamente, numa visita de estudo, com a duração de dois dias, à Assembleia da República, Presidência do Conselho de Ministros, Museu do Aljube em Lisboa e Forte de Peniche. Estes estudantes foram acompanhados por professores, pela Presidente da Assembleia Municipal e representantes de diferentes partidos deste órgão, assim como pelo Presidente da Câmara de S. João da Madeira e vereadores. Durante a visita à AR, os elementos da AMJ tiveram ainda a oportunidade de contactar com deputados de diferentes bancadas e com o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares. Para 2018/2019, a Assembleia Municipal Jovem incluiu no Projeto Edu-

cativo Municipal dois outros programas: Em “Celebrar a nossa História”, pretende-se fomentar o interesse pela descoberta da história da cidade de S. João da Madeira, abordando os temas emigração, indústria, arte e ofícios e a luta do seu povo pela democracia; E em “Celebrar Abril” pretende-se, entre outros objetivos, fomentar o interesse pela descoberta da história da revolução de 25 de abril de 1974, desenvolver competências de pesquisa, promover a criatividade dos jovens ao serviço da nossa história, estimular o envolvimento de associações e cidadãos de S. João da Madeira e, por fim, organizar uma mostra dos projetos resultantes. ■



PRINCÍPIO 20

A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objectivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Clube Sobral Sénior Ativo!

Atento às necessidades de todos os estratos etários do concelho, o Município de Sobral de Monte Agraço criou, em 2011, o *Clube Sobral Sénior Ativo*. Este Clube traduz-se num conjunto de atividades de educação não formal e tem apresentado uma crescente dinamização, em diversas áreas temáticas.



Destinado a pessoas maiores de 55 anos e/ou pensionistas, o Clube Sobral Sénior Ativo contou, no ano de

2017, com cerca de 140 participantes inscritos. Como principais objetivos associados a este projeto, encontra-se, além do enriquecimento cultural e de conhecimentos, o reforço das redes de suporte social, o combate ao isolamento social, a promoção da autonomia, do bem-estar e do envelhecimento ativo, a estimulação da socialização e das relações interpessoais, assim como a dinamização dos espaços associativos do concelho. É de salientar a dinamização de atividades promotoras do diálogo intergeracional, onde seniores e crianças e alunos do ensino básico e secundário partilham experiências e sabedoria. À exceção das aulas de Ginástica, as disciplinas são lecionadas por professores voluntários, que dedicam o seu tempo à educação e formação de seniores residentes no concelho. No ano lectivo 2017/2018 constaram do currículo do Clube Sobral Sénior Ativo, as disciplinas de Ginástica, Informática, História Local, História da Literatura Portuguesa, Artes Cénicas, Grupo Coral, Cultura e Cidadania, Filosofia, Inglês e Técnicas de Meditação. ■

PRINCÍPIO 3

A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projetos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projetos, deverão ser orientados para a realização de iniciativas e ações cívicas, cujo valor consistirá precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respetivas capacidades e valores próprios de cada idade.

SOURE

PANGEIA

Festival Municipal da Juventude

O Município de Soure promoveu, nos dias 14, 15 e 16 de setembro, o Festival Municipal da Juventude, intitulado PANGEIA.

Esta iniciativa é a primeira organização municipal candidata a receber o selo de ecoevento, comprometendo-se com metas objetivas de separação de resíduos e implementação de práticas ambientalmente responsáveis, procurando afirmar a marca “Soure Sustentável”. O Festival serviu ainda de lançamento ao projeto “Recicla Soure”, uma rede inovadora de educação e formação para a temática dos resíduos.

A realização deste evento visou envolver principalmente os jovens do Concelho, através de um conjunto de atividades culturais, desportivas e recreativas, que têm sempre por base temáticas relacionadas com o ambiente e a relação com o património natural. O principal objetivo foi sensibilizar as faixas etárias mais jovens para a Educação Ambiental e incentivar à adoção de práticas sustentáveis, promovendo uma utilização responsável e eficiente dos recursos naturais. Com uma localização privilegiada no Parque dos Bancelos e tirando partido dos rios Arunca e Anços, a iniciativa incluiu a possibilidade de acampamento, sendo a participação de livre acesso e todas as atividades e espetáculos gratuitos. Ao longo de três dias decorreram várias ações ligadas à juventude, cultura, desporto e ambiente, das quais se destacam projetos de arte urbana, a eco-regata, debates, espetáculos musicais e, ainda, a final do Concurso de Bandas de Garagem e o Cross Trail Soure 1111.



O evento reuniu a parceria de várias entidades concelhias, às quais se associaram as Organizações Não Governamentais Oikos, Quercus e Zero. ■

PRINCÍPIO 11

A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes. Significa isto, um equilíbrio com o ambiente natural, o direito a um ambiente sadio, (...), entre outros. Deverá promover activamente a educação para a saúde e a participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável

TÁBUA

Tábua PI y English

Projeto Português para Estrangeiros e Encontro de Culturas de Tábua

O concelho de Tábua, assim como o resto do país, tem acolhido nos últimos anos um número considerável de cidadãos estrangeiros, que chegam ao nosso concelho com o intuito de aqui se estabelecerem. No entanto, a chegada a um país estrangeiro implica sempre um choque cultural, principalmente a nível linguístico.

Nessa perspetiva, e sendo responsabilidade do país de acolhimento proporcionar uma completa cidadania ao indivíduo migrante, é essencial que este esteja dotado de ferramentas para a sua completa integração na sociedade. Esta integração só é alcançada quando o cidadão migrante é capaz de compreender a cultura do país que o recebe, quando se sente seguro na sua interação com os outros, o que implica conseguir entender e fazer-se entender. Desta forma, proporcionar a aprendizagem da língua do país em que se encontra é a peça fulcral para que o indivíduo migrante se possa sentir seguro no seu processo de adaptação ao país.

Desta forma, e para facilitar o processo de adaptação da comunidade migrante no nosso concelho, as Docentes de Língua Inglesa da CMT, também habilitadas academicamente ao ensino do Português, iniciaram em 2012 o Projeto Português para Estrangeiros que tem como objetivo principal proporcionar aos estrangeiros residentes no concelho de Tábua, quer sejam não-falantes, quer tenham já alguma proficiência na Língua Portuguesa, um conhecimento básico da língua que lhes permita comunicar no seu dia-a-dia, facilitando a sua integração na sociedade.

Tendo em conta que a aprendizagem da língua é apenas um dos fatores de integração, faz parte dos objetivos, não só proporcionar a aprendizagem

da língua, mas também, sempre que necessário, fazer um acompanhamento nas necessidades mais prementes desta população. Muitas das vezes o indivíduo estrangeiro encontra dificuldades em resolver situações que para um nativo são triviais, como uma ida à Segurança Social, ao Centro de Saúde, às Finanças, ou a qualquer outro serviço a que tenha de recorrer.

responsabilidade do país de acolhimento proporcionar uma completa cidadania ao indivíduo migrante, é essencial que este esteja dotado de ferramentas para a sua completa integração na sociedade

Uma orientação nestas situações pode revelar-se uma ajuda valiosa no dia-a-dia dos imigrantes.

Esta atividade culmina, anualmente, com o Encontro de Culturas do Município de Tábua cujo objetivo principal é a sensibilização da população para a existência de uma comunidade estrangeira residente no concelho, pro-



TOMAR

Oficina de Costura – Projeto Faz Eco E6G

No âmbito do Programa Escolhas, Tomar tem em desenvolvimento o projeto Faz Eco E6G. Dentro das suas atividades, destaca-se uma oficina de costura, onde uma costureira dá formação a 15 mulheres de etnia cigana. Em maio, este grupo confeccionou aventais para o evento Congresso da Sopa, e o sucesso foi tal que o desafio seguinte foi o de confeccionarem 200 capas templárias para o jantar real da Festa Templária, que decorreu entre 5 e 8 de julho. O objetivo desta oficina é o da integração da comunidade cigana na história, património e tradições locais e a capacitação do grupo para a arte e ofício da costura, pretendendo-



movendo a socialização das comunidades imigrantes e também a sua integração social, cultural e linguística, bem como o enriquecimento e o desenvolvimento cultural. É um evento com atividades culturais e sociais, mostra de produções artísticas de cidadãos estrangeiros residentes no concelho de Tábua e nos concelhos limítrofes (pintura, fotografia, artesanato, música, escultura...), promoção do turismo e da gastronomia, com o conceito Street Food, tendo em conta que este tipo de comida de rua se enquadra nas culturas dos cidadãos estrangeiros residentes no nosso concelho.

O evento permite ainda o fortalecimento das redes de intercâmbio criando um espaço para o estabelecimento de diálogos e contactos entre os diversos promotores e agentes culturais e comerciais.

Destaque, ainda, este ano, para a Comemoração do dia 10 de Junho, com a participação do Arquiteto Francisco Keil do Amaral, marcando assim o dia em que se celebra o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. ■

PRINCÍPIO 19

O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus habitantes a informarem-se. Atenta ao valor que significa seleccionar, compreender e tratar a grande quantidade de informação actualmente disponível, a cidade educadora deverá oferecer os recursos que estarão ao alcance de todos. O município deverá identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados

PRINCÍPIO 20

A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objectivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.

se que seja também um incentivo ao empreendedorismo.

Na mesma Festa Templária, este projeto marcou presença com um stand onde era possível adquirir peças alusivas à época, confeccionadas pelos participantes do projeto, não só na oficina de costura como também em workshops de decoração de velas e sabonetes. ■

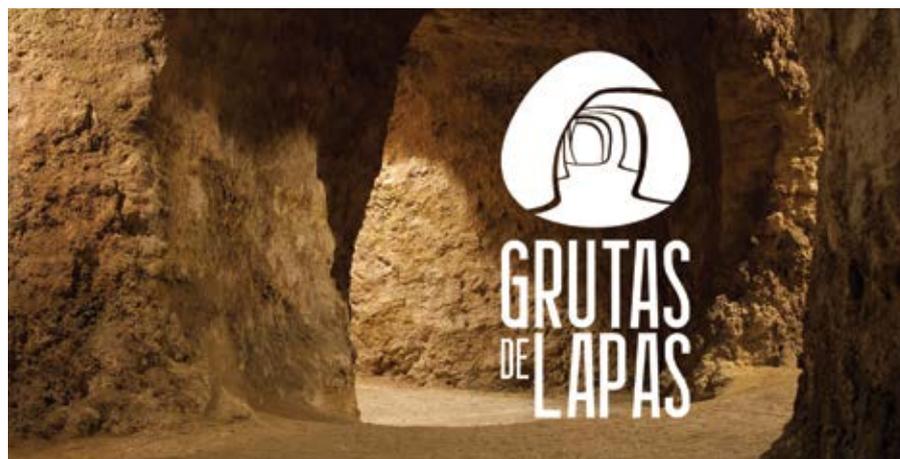
PREÂMBULO

A diversidade é inerente às cidades atuais e prevê-se que aumentará ainda mais no futuro. Por esta razão, um dos desafios da cidade educadora é o de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade, salvaguardando os contributos das comunidades que a integram e o direito de todos aqueles que a habitam, sentindo-se reconhecidos a partir da sua identidade cultural.



TORRES NOVAS

Grutas de Lapas têm novo centro de interpretação



Classificadas como imóvel de interesse nacional e abertas ao público desde 1937, as Grutas de Lapas foram alvo de um projeto de valorização que incluiu a criação de um novo centro de interpretação e de um percurso de visita na aldeia. A iniciativa foi do Município de Torres Novas e contou com o financiamento do PDR 2020, medida específica de apoio à Renovação de Aldeias.

Este elemento patrimonial singular no país, constituído por um conjunto de galerias subterrâneas artificiais, escavadas em tufo calcário por baixo da aldeia de Lapas, passou agora a disponibilizar conteúdos relacionados com a geologia e geomorfologia, formação do terraço fluvial em que se encontra, com a formação rochosa de que é constituído, com a história de utilização do tufo na construção em toda a região, entre outros da história e características únicas do lugar.

Há várias teorias e lendas associadas às Grutas de Lapas, levantando-se dúvidas quanto à sua antiguidade e motivações da escavação, que os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do projeto de valorização agora implemen-

tado não permitiram ainda dissipar na totalidade. É certo que o local constitui uma extração mineral e que há, por toda a aldeia, vestígios de extração de tufo à superfície e também troços de outras galerias subterrâneas apropriadas para usos domésticos ao longo dos tempos.

O mistério da origem permanece e todos os visitantes são convidados a participar na formulação de hipóteses explicativas, para além dos conteúdos e elementos de interação agora disponibilizados. O percurso na aldeia chama à atenção para vários pontos de interesse, com suportes de apoio que recorrem à tecnologia QR Code e que pode ser consultado em torrescode.cm-torresnovas.pt/lapas/. As Grutas de Lapas estão abertas ao público todos os dias, entre as 10h00 e as 13h00 e as 14h00 e as 18h00, e a entrada é gratuita. ■

PRINCÍPIO 8

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência.

TORRES VEDRAS

Brincar de Rua em Torres Vedras

As alterações que têm vindo a surgir nos hábitos e nos estilos de vida das crianças, que têm cada vez mais tempo de estudo, atividades organizadas ou em frente ao telemóvel, computador e televisão e cada vez menos tempo livre e ao ar livre, têm levado a uma preocupação por parte da comunidade científica. Considera-se que esta mudança está a começar a afetar a saúde das nossas crianças (por exemplo, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, em Portugal, um terço das crianças têm excesso de peso) e também as suas competências pessoais e sociais, como ser capaz de tomar iniciativa, lidar com frustração ou resolver um problema ou conflito.

Da preocupação em contribuir para que as nossas crianças tenham mais oportunidades, de espaços e “tempos”, para serem felizes, surge o Brincar de Rua, numa parceria entre a Câmara Municipal de Torres Vedras e a Ludotempo - Associação de Promoção do Brincar. Brincar de Rua (BR) é um programa que visa permitir que as crianças brinquem em segurança nas ruas dos seus “bairros”, através da criação de grupos comunitários de brincar, proporcionando espaços e tempos de brincar livre. Em termos operacionais, juntam-se os voluntários com as famílias do seu bairro, para assim se criarem os grupos comunitários de brincar com um máximo de 15 crianças, entre os 4 e os 12 anos de idade, que se reúnem sempre no mes-

mo local, pelo menos uma vez por semana, supervisionados por monitores acreditados.

Além de promover o desenvolvimento natural de competências nas crianças, o BR incentiva também o envolvimento dos diversos agentes locais, melhorando a coesão e participação das comunidades e valorizando as pessoas do bairro para se tornarem líderes do projeto comunitário, através dum conjunto inovador de metodologias, recursos e ferramentas que garantem a segurança das crianças e o envolvimento da comunidade.

Na sua génese está o combate ao sedentarismo galopante das nossas crianças, cujo sinal mais evidente é a incrível taxa de excesso de peso. O brincar livre, na rua, é a ferramenta natural para a descoberta do corpo, para a criação e superação de desafios pessoais e sociais, que vão ao encontro das necessidades de desenvolvimento de cada criança, criando uma motivação natural para ir mais longe, fazer mais, ser mais feliz! ■

PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspetos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares.

VALONGO

“O meu Bairro não tem paredes”

O projeto “O Meu Bairro Não Tem Paredes” resulta de uma candidatura ao Programa Operacional Regional do NORTE 2020. É uma proposta de intervenção que vai ao encontro das necessidades detetadas ao longo de um demorado processo de conhecimento e diagnóstico, pelos moradores dos empreendimentos de habitação social do Concelho de Valongo.

A entidade promotora é a Câmara Municipal de Valongo, tendo como entidades parceiras o Centro Social e Paroquial Santo André de Sobrado, o Centro Social e Paroquial de Alfena e o Centro Social de Ermesinde.

O objetivo do projeto é contribuir para erradicar as causalidades, sintomas e evidências de desfiliação e de precariedade de laços sociais intra e extra bairros, aumentando o sentimento de pertença e apropriação pelos/as moradores/as, no sentido de mitigar o estigma associado ao mesmo, ligando o bairro ao mundo e trazendo o mundo ao bairro.

VILA FRANCA DE XIRA

Vila Franca de Xira - espaço de recreio, lazer e conservação da natureza

Tem sido preocupação constante do Município de Vila Franca de Xira (MVFX) que a cidade, entendida como todo o território concelhio, seja efetivamente pertença dos seus habitantes, trabalhadores, estudantes e visitantes. Neste sentido, a cidade oferece vários espaços propícios ao lazer, à fruição da cultura e à prática de atividades desportivas com carácter informal, tais como espaços verdes, circuitos de manutenção com ginásios ao ar livre, skate parks, percursos ao ar livre e espaços para jogos tradicionais. O MVFX dispõe de uma área total de





Este projeto pretende dotar os/as residentes de ferramentas para se tornarem autores/as e executores/as de políticas e medidas de desenvolvimento pessoal, social, familiar e local no território. Como tal, foram planeadas diversas ações:

1. Dinamizar o **Gabinete Solução CEF** (Clube de Emprego e Formação) que garante atendimento no âmbito da procura de emprego e formação profissional, a capacitação para aquisição de conhecimentos no âmbito dos comportamentos e atitudes a adotar na procura de emprego.
2. (Re)definir o **Espaço Residente** em termos de espaço de apropriação, organização e gestão do território pelos/as seus/suas habitantes, dotan-

do-os/as com conhecimentos e ferramentas necessárias a essas funções: capacitação de futuros gestores de Espaço Residente; elaboração do regulamento de funcionamento de cada ER; elaboração do guia do morador.

3. Dinamizar **Ações de capacitação** para construção de um percurso adaptado às necessidades de cada indivíduo com várias temáticas (ex.: balanço de competências; cidadania; gestão e organização da economia doméstica; gestão de conflitos familiares; literacia básica; noções básicas

de informática; contacto com atividades profissionais; educar para o empreendedorismo e auto emprego).

3. Capacitar **Mediadores locais**, indivíduos residentes, que possuam perfil para desempenhar estas funções.
4. Implementar ações de educação para a cidadania, igualdade e não discriminação.
5. Realizar ações de educação para a saúde.
6. Fomentar ações de inclusão pela arte, música e desporto. ■

PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhe oferece.

165.231,48 m² de espaços verdes de recreio e lazer, nos quais é possível praticar as modalidades mais representativas da prática informal de atividade física, de manutenção e de lazer - corrida e ciclismo, bem como usufruir do contacto com a natureza, através dos relvados e jardins que integram.

A requalificação da frente ribeirinha é uma aposta forte do município, constituindo o Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo uma infraestrutura estratégica em termos de recreio, lazer e conservação da natureza, com interesses alargados aos domínios pedagógico e científico. Integra Trilhos Pedonais/Cicláveis com cerca de 5 910 m, um Espaço Multifuncional com 22 550m², denominado 'Praia dos Pescadores', um Centro de Interpretação Ambiental e da Paisagem e um Observatório de Aves.

O Parque Ribeirinho Moinhos da Póvoa e Ciclovía do Tejo, na Póvoa de Santa Iria, um espaço urbano de lazer, com 23.000 m², cerca de 2 km de via pedonal e ciclável e tanques de marés, propícios à formação e aprendizagem



de canoagem e vela, inaugurado no dia 14 de julho, dá continuidade ao Passeio Ribeirinho a sul do Concelho, até à fronteira do concelho de Loures.

Estes investimentos visam a promoção da qualidade de vida dos munícipes, que passa por viver a cidade em convivência salutar, adotando um estilo de vida ativo, em contacto com a natureza. ■

PRINCÍPIO 19

Construir uma cidade onde o planeamento urbano é um fator pleno e rico de integração.



VILA REAL

“A CIDADE COMO PERTENÇA DAS PESSOAS”



Os Municípios, pela sua proximidade com os cidadãos, conhecem bem a necessidade de adaptação aos tempos modernos. Hoje as pessoas são mais exigentes, não se contentando com a resposta e satisfação de necessidade básicas. Este é um compromisso do Município de Vila Real, que partindo das pessoas e das suas expectativas, desenvolve o seu trabalho.

O Parque Corgo é uma das “joias da Coroa” de Vila Real. Está ligado ao Parque Florestal, um verdadeiro pulmão verde situado no coração da urbe. Todo este espaço, que se estende pelas duas margens do rio Corgo, foi projetado para permitir a profunda comunhão com a natureza e o escape da vida citadina. Atualmente as pessoas preocupam-se em terem um modo de vida saudável, procurando incluir na sua rotina diária a prática de alguma modalidade desportiva.

E a par desta preocupação com a saúde, surge a necessidade de socialização, fundamental para a construção do sentimento de comunidade. É através do processo de socialização que os indivíduos interagem e se integram por meio da comunicação, ao mesmo tempo que constroem a sua comunidade. O Parque Corgo é, por isso mesmo, muito mais do que uma área verde no centro de Vila Real. É um espaço intergeracional que conseguiu enraizar-se nas vidas dos vila-realenses, como palco de partilha e reflexão, que ao longo dos anos foi entrando no quotidiano dos cidadãos e que se conseguiu afirmar como um ponto central da vida social, cultural e desportiva do concelho de Vila Real.

O Município de Vila Real tem procurado corresponder às expectativas das pessoas investindo na melhoria das

suas condições gerais, nomeadamente através da instalação de equipamentos e infraestruturas desportivas, como um circuito de manutenção ou o centro de marcha e corrida. Para além de extensas áreas verdejantes que convidam à realização de piqueniques ou simplesmente de momentos de fruição da natureza, o Parque Corgo tem também dois parques infantis, que proporcionam alegres momentos em família. Brevemente será dotado de passadiços panorâmicos, que convidam ao passeio e ao contacto com a biodiversidade.

De salientar ainda a localização privilegiada deste espaço que tem na sua área envolvente dois equipamentos de grande relevo para a cidade, o Centro de Ciência e o Teatro Municipal de Vila Real, associando assim a cultura e a ciência, o que torna o Parque Corgo num espaço transdisciplinar. ■

VILA VERDE

Voluntariado no Campeonato do Mundo de Canoagem 2018

Em Setembro deste ano, a Praia Fluvial do Faial, na Vila de Prado, recebeu o Campeonato do Mundo de Maratona em Canoagem, prova “rainha” da modalidade desportiva.

Cerca de mil atletas oriundos dos quatro cantos do mundo foram protagonistas de um campeonato excepcional, que encerrou de forma brilhante a temporada canoísta internacional deste ano.

Mais de uma centena de voluntários deram, durante cerca de uma semana, um apoio imprescindível à organização do evento, que foi considerado o melhor de sempre.

O trabalho e entusiasmo que dedicaram ao campeonato não passou despercebido e foi, constantemente,

elogiado pela Federação Portuguesa de Canoagem, pela Federação Internacional e pelas milhares de pessoas que por lá passaram durante os sete dias de competição.

Voluntários de várias faixas etárias, quiseram «mãos à obra» e ajudaram no suporte às refeições, na organização do espaço, na entrega dos prémios, no socorro aos atletas, entre tantas outras funções, sempre desempenhadas de forma exemplar.

Jovens atletas do Clube Náutico de Prado, sapadores dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde e médicos da Trofa Saúde entregaram-se de corpo e alma e a pro bono a este grande acontecimento que deixou Vila Verde nas bocas do



mundo e que aliou, de forma única e especial, o desporto ao voluntariado.

O Município de Vila Verde deixa um profundo agradecimento a todos os que se empenharam para que o concelho ficasse reconhecido como melhor organizador do Campeonato do Mundo de Maratona em Canoagem.

Este é o outro lado de uma grande competição, menos visível, mas imprescindível na hora de fazer um balanço



PRINCÍPIO 8

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.

O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza. A cidade educadora deverá conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planeamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento amável e respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível." E PRINCÍPIO Nº10 – "O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.



extremamente positivo de um evento considerado excelente pelas entidades internacionais. ■

PRINCÍPIO 9

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as actividades de formação em valores éticos e cívicos. Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projecto colectivo a partir das instituições e organizações civis e sociais.



VILA NOVA DE FAMALICÃO

Cidade perpetua personalidades em arte urbana

Camilo Castelo Branco, Bernardino Machado, Alberto Sampaio, Júlio Brandão, são personalidades que a arte urbana perpetuou em murais pela cidade de Vila Nova de Famalicão.

As quatro torres do complexo habitacional das Lameiras exibem pinturas murais com o rosto de diversas personalidades. Este foi o resultado do Projeto Traço, desenvolvido pelo centro artístico "A Casa ao Lado" com o apoio da autarquia e que envolveu 48 jovens dos 6 aos 25 anos. Este projeto de grande abrangência e mobilização social foi aprovado após votação do Conselho Municipal da Cultura no âmbito das candidaturas ao programa da Câmara Municipal "Programar em Rede".

A autarquia considerou que o Projeto valorizou o espaço urbano do complexo habitacional e da cidade de Vila Nova de Famalicão, procurando estimular os jovens envolvidos direta e indiretamente, despertando-os para uma consciência social mais cooperante, pró-ativa, positiva e produtiva.

Outro dos murais, num edifício localizado junto à Igreja Matriz Velha da cidade, resultou de um desafio da Galeria Matriz Arte, em conjunto com a autarquia ao artista português Frederico Draw, que concebeu o trabalho "Maria Moisés", inspirado na obra de Camilo Castelo Branco, o romancista

que viveu em Seide S. Miguel.

"Mais do que a questão estética, há que realçar a questão do nosso património, da nossa cultura e identidade", destaca o presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Paulo Cunha. ■



PRINCÍPIO 8

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.

A EDUCAÇÃO E A CIDADE¹

João Barroso

Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

Tenho acompanhado, com alguma regularidade, o trabalho das cidades educadoras em Portugal, principalmente, desde o ano 2000, quando a convite do município de Lisboa participei no VI Congresso Internacional para coordenar um painel com o título “A dimensão educativa da cidade”.

Portugal tem 70 “cidades” inscritas (incluindo algumas vilas) na Associação Internacional das Cidades Educadoras e é o 3º país em número de participantes, a seguir à Espanha (197) e à França (86) e bastante à frente do 4º classificado, a Argentina com 22 cidades. Contudo, em números relativos, tendo em conta a sua população², Portugal ocupa o primeiro lugar. Isto mostra o êxito do projeto e a pronta adesão de um número significativo dos municípios portugueses (70 em 308 concelhos, ou seja 23%, mas uma percentagem bastante maior se contarmos unicamente as cidades existentes no nosso país – 159).

Não quero alongar-me, nesta introdução, a falar das características do projeto das cidades educadoras – em particular dos seus 20 princípios registados na respetiva CARTA, desde o 1º congresso em 1990 (Barcelona), com as atualizações de 1994 e de 2004, para adaptá-la aos novos desafios e necessidades sociais³. Essa é, certamente, uma matéria conhecida de todos vós.

Quero, contudo, destacar a imensa quantidade e qualidade de informação disponível no sítio da Associação Internacional das Cidades Educadoras (www.edcities.org), em particular a descrição pormenorizada das experiências registadas no *Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras*.

Estas experiências práticas de diversas cidades de todo o mundo são selecionadas pelos responsáveis pela rede, e são descritas com uma grelha comum em pelo menos 3 línguas (espanhol, inglês, francês).

Essa grelha comum contém os seguintes itens: temas; grupo ou grupos de população a que é dirigida; data de início e de término (eventualmente); princípios da carta que são privilegiados; justificação e resumo; objetivos; metodologia; contexto social e urbano da experiência; avaliação; bem como o remissivo do sítio na internet onde pode ser consultada; bem como diversas fotografias associadas.

Neste sítio (da internet), Portugal tem 154 experiências registadas, de um total de 723 experiências realizadas por cidades europeias (de um total de 1039 experiências oriundas das cidades que integram a rede internacional).

Além de ser uma fonte de inspiração para todos os municípios, este banco de dados justificava um projeto de investigação de grande fôlego para a sua caracterização.

Uma palavra ainda para o recente *Manifesto dos e das Autarcas da Associação Internacional das Cidades Educadoras* aprovado no dia Internacional (30 de novembro de 2017). Este manifesto é o reflexo evidente de uma evolução de uma

¹ Versão de apoio à conferência produzida no *Encontro da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras*, na Câmara Municipal de Loures, no dia 29 de junho de 2018.

² A população de Espanha é aproximadamente de 46, 5 milhões (um pouco superior a quatro vezes a

³ Ver em <http://www.edcities.org/carta-de-ciudades-educadoras>

organização centrada na cidade (individualmente considerada) para uma organização centrada no *município* (enquanto poder político mais amplo) e significa um alargamento do conceito mas também uma maior institucionalização. São os responsáveis da autarquia que são os porta-vozes do *Direito à Cidade Educadora*, isto é, por levar à prática os princípios das Cidades Educadoras. Como é dito no próprio *Manifesto*⁴:

«(...) Só assim, somos capazes de articular uma grande rede local de agentes educativos em torno deste projeto compartilhado, conseguiremos converter o espaço urbano num espaço educador, onde, para além de facilitar o acesso a conhecimentos e saberes se transmitam valores e atitudes para que as pessoas possam desenvolver as suas capacidades e virem a ser agentes ativos no desenvolvimento das suas comunidades. Como responsáveis políticos comprometemo-nos a criar espaços de encontro, diálogo, reflexão e decisão, onde estejam presentes as diferentes culturas e grupos sociais que integram a nossa sociedade com o objetivo de conseguir responder com êxito aos numerosos desafios que enfrentam os nossos municípios. (...)»

É com este pano de fundo que organizei a minha conferência em torno de dois temas:

O **primeiro tema** tem por finalidade apresentar as conclusões de um estudo que fiz sobre as experiências relatadas nos Boletins da Rede Territorial Portuguesa⁵ desde o nº 27 em 2016 ao nº 33 em 2018, num total de 6 boletins (uma vez que o boletim 28 de 2016 foi consagrado a apresentar a maneira como os diferentes municípios comemoraram o dia internacional da cidade educadora). Os parâmetros de análise são: a distribuição dos projetos por descritor; duração; local; público visado; princípios das cidades educadoras visados por cada projeto.

O **segundo tema** tem por finalidade analisar o potencial do conceito de cidade educadora em função das três modalidades como a cidade se pode articular com a educação: a educação na cidade; a educação da cidade; a educação pela cidade.

1. OS BOLETINS DA REDE TERRITORIAL PORTUGUESA – ALGUNS DESCRITORES.

Base de dados

Vamos ver em primeiro lugar a composição do universo dos boletins publicados na Rede Territorial Portuguesa entre 2016 e 2018.

total	nome	Projetos por município
11	Braga, Funchal, Lisboa, Moura, Paredes, Santarém, Santo Tirso, São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Torres Vedras, Vila Franca de Xira	6
10	Alenquer, Almada, Anadia, Évora, Gondomar, Loulé, Loures, Matosinhos, Penha do Castelo, Valongo	5
13	Albufeira, Chaves, Condeixa, Fundão, Guarda, Lagoa (Açores), Odemira, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, Póvoa do Lanhoso, Silves, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde	4
10	Amadora, Azambuja, Esposende, Mealhada, Miranda do Douro, Palmela, Sobral de M. Agraço, Setúbal, Sever de Vouga, Vila Real	3
5	Angra do Heroísmo (Aç), Câmara de Lobos, Coimbra, Lousada, Odvetas	2
8	Águeda, Barcelos, Cascais, Lagos, Louçã, Pombal, Tábua, Torres Novas	1
Total municípios: 57		Total de projetos: 216

© J.Barroso 2018

⁴ Ver por exemplo em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/educacao/lisboa-cidade-educadora>

⁵ Consultar boletins da Rede Territorial Portuguesa em <http://www.edcities.org/rede-portuguesa>

Temos um total de 216 projetos de 57 municípios em que 21 municípios (1º e 2º - quase metade) garantem um pouco mais de metade dos projetos (66+50=110).

Descritores

Em seguida, fomos agrupar os diferentes projetos pelos 15 descritores utilizados pelo “banco internacional” para classificar as diversas experiências selecionadas em cada país. Embora esta classificação seja utilizada para descrever outros projetos parece adequado utilizá-la neste contexto.

Como sabem, cada descritor utilizado decompõe-se em conceitos menores. Por exemplo, o descritor “sistema educativo” decompõe-se em 14 itens: atividades escolares; atividades extraescolares; cidade e escola; dificuldades de aprendizagem; família e escola; formação universitária; integração escolar; intercâmbios escolares; luta contra o insucesso escolar; planificação e gestão; prevenção do absentismo escolar; recursos educativos; e finalmente um mais geral que tem a mesma designação do indicador, neste caso, “sistema educativo”.

O mesmo acontece com os restantes descritores (embora varie o número de conceitos em que se decompõem). Contudo, eu utilizei só a designação mais geral, pois a arrumação pelos diferentes sub-indicadores constituía um pormenor desnecessário (e discutível, muitas vezes).

Quando o projeto, ou a iniciativa relatada, podia caber em vários itens, eu seleccionei o que era mais evidente e próximo da intenção original dos seus proponentes.

O resultado encontra-se patente no seguinte quadro:

DESCRITOR	TOTAL DE PROJETOS
Sistema educativo	39
Cultura e ócio	34
Artes e humanidades	28
Bem-estar social	26
Saúde e desportos	20
Informação e documentação	15
Civismo e convivência	12
Meio ambiente	10
Desenvolvimento urbano	9
Política e administração	8
Formação permanente	6
Associativismo e participação	3
Desenvolvimento pessoal	3
Desenvolvimento socioeconómico	2
Ciência e tecnologia	1

© JBarroso 2018

Como se pode ver, os primeiros cinco primeiros descritores cobrem 147 projetos, ou seja 68% (147 em 216) do total de projetos. Como nota importante há a assinalar o reduzidíssimo nº de projetos referenciados aos quatro últimos descritores.

Duração dos projetos

Para percebermos o sentido da distribuição vejamos o significado das diferentes categorias utilizadas: *Episódico* – quando ocorre só num dia; *Temporário ou periódico* – quando ocorre durante vários dias ou quando se repete ciclicamente (por exemplo todos os anos); *Permanente* – quando é uma iniciativa que se traduz numa obra perante ou quando é uma iniciativa que não tem uma duração limitada.

Duração dos projetos

Duração	Total de projetos
Episódico	62
Temporário ou periódico	90
Permanente	64

© JBarroso 2018

Quanto ao resultado, verifica-se uma distribuição com valores muito próximos, apesar de a categoria “temporário ou periódico” ter um número mais significativo.

Locais onde se desenvolvem os projetos

O quadro seguinte distribui o total de projetos por diferentes locais identificados a partir da sua descrição.

Local onde se desenvolvem os projetos

Local	Total de projetos
Escola(s)	73
Espaço público ao ar livre (rua, floresta, rio, etc.)	37
Instalação específica	37
Outro ou vários	37
Instalação municipal	27
Associação	3
Habitação	2

© JBarroso 2018

A primeira conclusão a tirar é que as “escolas” constituem um quadro de referência importante para os projetos, mesmo que não participem somente alunos (muitas vezes os pais e outros elementos da comunidade também são participantes).

Em seguida, vemos que um número significativo de projetos se desenrola ao ar livre (quer na cidade -na rua- por exemplo, quer no campo, como seja a floresta).

As duas categorias com o mesmo número de projetos são menos significativas porque discriminam pouco. Já o número de projetos que utiliza “instalações municipais” é importante.

Público visado no projeto

Passemos agora para o público-alvo dos diferentes projetos, definido a partir de diferentes categorias construídas a partir da informação contida neles.

Público visado no projeto

Público visado no projeto	Total de projetos
Público em geral / comunidade	41
Alunos em geral	37
Alunos do 1º ciclo	26
Alunos e população em geral	25
Alunos do pré-escolar e do 1º ciclo	14
Alunos do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos)	11
Jovens em geral	11
Alunos do ensino secundário	10
Terceira idade	10
Pessoas com deficiência	10
Alunos do pré-escolar	7
Alunos do ensino especial	5
Alunos de escola profissional	3
Pessoal docente	2
Pais e encarregados de educação	2
Pessoas com carências económicas	2

© JBarroso 2018

Se juntarmos os vários tipos de alunos, obtemos um total 128 projetos (ou seja 60% do total). Segue-se o público em geral (41 projetos, ou seja 19%) e em seguida “jovens em geral”, “terceira idade” e “pessoas com deficiência” (11, 10 e 10 projetos respetivamente).

Princípios das cidades educadoras

Finalmente apresenta-se a distribuição dos projetos pelos 20 princípios das cidades educadoras. Recorda-se que a afetação dos projetos a princípios começou a ser feita no primeiro ano da série trabalhada, em 2016.

De sublinhar que a descrição dos “princípios” é extraída do texto incluído nos diferentes projetos e que o número do princípio é igualmente indicado pela autoria.

Apresenta-se de seguida os primeiros oito princípios referidos por um maior número de projetos:

Princípios das cidades educadoras visados pelo projetos segundo os seus autores - 1

Nº	princípio	projetos
1	Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece.	38
5	Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação.	27
7	A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa.	24
11	A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes.	21
2	A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo.	15
9	A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspetiva crítica e corresponsável.	15
3	A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projetos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes.	12
10	O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seu habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.	12

© IBarral 2018

Estes princípios são referidos por um total de 164 projetos (ou seja 76% do total de 216 projetos).

Em seguida apresentam-se a distribuição dos restantes 52 projetos (mais dispersos e em número reduzido)

Princípios das cidades educadoras visados pelo projetos segundo os seus autores - 2

Nº	princípio	projetos
20	A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objetivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.	9
15	A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes-ó os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em atividades sociais.	7
8	A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência.	6
12	O projeto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza, as campanhas e os projetos de todos os tipos que prepara, deverão ser objeto de reflexão e de participação, graças à utilização dos instrumentos necessários que permitam ajudar os indivíduos a crescer pessoal e coletivamente.	5
13	O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediação.	5
18	A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objetivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas.	5

© IBarral 2018

Princípios das cidades educadoras visados pelo projetos. segundo os seus autores - 3

Nº	princípio	projetos
4	As políticas municipais de carácter educativo devem ser sempre entendidas no seu contexto mais amplo inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, da qualidade de vida e da promoção dos seus habitantes.	4
19	O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus habitantes a informarem-se.	4
6	Com o fim de levar a cabo uma atuação adequada, os responsáveis pela política municipal duma cidade deverão possuir uma informação precisa sobre a situação e as necessidades dos seus habitantes	2
14	A cidade deverá procurar que todas as famílias recebam uma formação que lhes permitirá ajudar os seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo.	2
17	As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir duma visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem.	2
15	As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias.	1

© IBarron 2018

Conclusões da primeira parte

Há uma grande heterogeneidade nos projetos apresentados, quer quanto à sua temática, ao local onde se desenrolam, à duração, ao público-alvo e aos princípios a que se subordinam.

Em função dos resultados maioritariamente obtidos em cada parâmetro é possível produzir uma síntese dos aspetos que são mais valorizados na apresentação dos diferentes projetos:

Principais conclusões da análise dos 216 projetos inseridos nos 6 últimos boletins da rede territorial portuguesa das cidades educadoras - 2

- O público visado pelos projetos é essencialmente constituído por alunos (60% dos projetos) e em menor número por público em geral (19%).
- Os projetos vinculam-se essencialmente aos princípios das cidades educadoras que visam criar oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento social, que responsabilizam os municípios pelo correto exercício das suas competências em matéria de educação, que promove a preservação da sua identidade pessoal e garante a qualidade de vida dos seus habitantes (51% dos projetos).

© IBarron 2018

Principais conclusões da análise dos 216 projetos inseridos nos 6 últimos boletins da rede territorial portuguesa das cidades educadoras - 2

- O público visado pelos projetos é essencialmente constituído por alunos (60% dos projetos) e em menor número por público em geral (19%).
- Os projetos vinculam-se essencialmente aos princípios das cidades educadoras que visam criar oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento social, que responsabilizam os municípios pelo correto exercício das suas competências em matéria de educação, que promove a preservação da sua identidade pessoal e garante a qualidade de vida dos seus habitantes (51% dos projetos).

© IBarron 2018

Finalmente...

Uma breve palavra sobre o aumento de competências que está previsto na lei da descentralização em discussão na Assembleia da República.

O panorama que traçamos mostra uma grande vitalidade e um certo ecletismo dos municípios portugueses, na promoção de iniciativas ou de projetos, no âmbito da “cidade educadora”.

Como vimos, não é possível indicar (sem uma investigação empírica que ainda falta fazer) a razão que explica a vitalidade dos municípios portugueses, patente nos 216 projetos que analisamos, bem como nas 154 experiências registadas no Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras.

Contudo, parece evidente que o reduzido número de competências dos municípios, na administração e gestão escolar, deu-lhes condições favoráveis para tomarem iniciativas de sua vontade e serem reativos em relação às iniciativas do terreno.

A obrigação de exercerem um conjunto alargado de competências no quadro do reforço da descentralização (e a sobrecarga administrativa daí decorrente) pode reduzir esta disponibilidade e fixar os municípios a uma gestão burocrática das suas responsabilidades na educação.

2. A DINÂMICA EDUCATIVA DA CIDADE

O que é uma cidade educadora (ou, “cidade educativa”, como dizia Edgar Faure no relatório elaborado para UNESCO – *Aprender a Ser*)? Em que consiste o potencial educativo de uma cidade? Como é que uma cidade educa e se educa?

As respostas a estas questões passam, necessariamente, pela análise da relação entre “cidade” e “educação”, tentando pôr em evidência em que medida a cidade pode ser um espaço (um tempo, uma ação) educativa, e, simultaneamente, a educação (e a escola em particular) pode ser um espaço (um tempo, uma ação) de cidadania.

É conhecida a este propósito a classificação que Jaume Trilla faz da relação entre cidade e educação (ver Machado, 2004 e Fernandes, Sarmento, e Ferreira, 2007):

- A cidade como contexto de educação – *aprender na cidade* - espaço onde acontece a ação educativa.
- A cidade como meio ou veículo de educação – *aprender da cidade* – isto é um ambiente educativo.
- A cidade como conteúdo educativo – *aprender a cidade* – ou seja converter a cidade em escola.

Eu próprio estabelecia a relação entre a cidade e a educação de uma outra forma: Como dizia em 2000 (no VI congresso internacional de cidades educadoras realizado em Lisboa), a relação entre “educação” e “cidade” (intrínseca ao conceito de “cidade educadora”) pode ser vista a 3 níveis: a educação *na* cidade; a educação *da* cidade; a educação *pela* cidade.

A educação na cidade

A referência ao primeiro nível - *a educação NA cidade* – permite-me prestar homenagem a um pedagogo brasileiro (e universal) - PAULO FREIRE - que escreveu em 1991, um pequeno livro cujo título, é exatamente *A Educação na Cidade*, em que reflete sobre a sua experiência como Secretário de Educação da cidade de S. Paulo (no Brasil), entre 1989 e 1991 (Freire, 1991).

Para se perceber qual o projeto que o animava enquanto responsável político pela educação da cidade de S. Paulo, não resisto a ler uma breve passagem:

A educação na cidade

«Pretendemos na verdade mudar a “cara” de nossa escola. Não pensamos que somos os únicos ou os mais competentes, mas sabemos que somos capazes e que temos decisão política para fazê-lo. Sonhamos com uma escola pública capaz, que se vá constituindo aos poucos num espaço de criatividade. Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo.»

[FREIRE, Paulo (1995). *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2ª edição, p. 24]

Mas a tarefa de mudar a “cara da escola” (o que, para Paulo Freire, significa mudar o corpo e a alma da escola) não pode estar a cargo só dos professores e dos responsáveis políticos pela administração educativa, mas é tarefa de todos nós. A escola muda, mudando a sua relação com os outros. A escola precisa de se abrir à cidade e para se abrir à cidade tem que começar por se abrir aos seus alunos, que são a cidade dentro da escola.

A educação da cidade

Quanto ao segundo nível - *a educação DA cidade* – importa dizer que a cidade educa, educando-se a si mesma.

As nossas cidades não podem ser educadoras, se não forem cidades educadas, isto é, se não crescerem e se não desenvolverem, de acordo com os princípios e valores educativos que queremos inculcar nas nossas crianças, nos nossos jovens, nos cidadãos em geral.

Se a cidade quer educar para a democracia, tem que ser democrática; se quer educar para a beleza, tem que ser bela; se quer educar para o conhecimento, tem que ser sábia; se quer educar para o respeito pelo outro, tem que saber respeitar os seus habitantes. A cidade tem que educar pelo exemplo, e não pela lição. A cidade educa por aquilo que é, e não por aquilo que quer que os outros sejam!

A educação pela cidade

Quanto ao terceiro nível - *a educação PELA cidade* – isto significa que a função da educativa da cidade não pode estar confinada ao poder de intervenção das autoridades da cidade – as autarquias - no domínio educativo. Não queremos substituir o “Estado Educador” (cuja crise atual é conhecida e universal) pelo “Município educador”.

A cidade (no sentido da “polis” grega) transcende o poder instituído dos responsáveis autárquicos. Ainda que a ação das autarquias seja importante, ela não pode ser limitativa da ação comunitária.

Ampliando o sentido de uma conhecida expressão é caso para dizer: para educar uma criança, não chega uma escola, é preciso toda a cidade!

Em conclusão

Como vimos, os municípios portugueses assumem desde há bastante tempo funções educativas – no sentido amplo do termo – orientadas quer para a população escolar (com especial incidência do pré-escolar e 1º ciclo), quer para a população em geral, particularmente os mais velhos e as pessoas com necessidades educativas especiais. Nestas atividades muitos municípios foram definindo um projeto educativo próprio, mas outros municípios limitaram-se a patrocinar, promover ou a associar-se a iniciativas desenvolvidas por outros atores locais (escolas, associações, grupos).

A legislação que está em discussão e que a breve trecho irá traduzir-se num reforço de meios e competências dos municípios na garantia da escolaridade das crianças e dos jovens até ao 12º ano, poderá, em muitos casos, retirar aos municípios, tempo e oportunidade para continuarem a sua ação neste domínio. Importa, por isso, no conceito de “cidade educadora” reforçar não só o papel do município, não necessariamente como prestador, mas, sobretudo, como patrocinador da diversidade de atores e protagonistas que na cidade exercem uma ação educativa mais vasta. Recuperaremos assim o sentido original da “cidade”, muito mais amplo do que o de “município”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fernandes, A.S., Sarmiento, T. e Ferreira, F. I. (2007). *Cidade educadora: novas perspectivas das políticas educativas*. In: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/42.pdf

Freire, P. (1995). *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2ª edição

Machado, J. (2004). “Escola, município e cidade educadora. A coordenação local da educação”. In: Costa, J. A., Neto Mendes. A e Ventura A. *Políticas e gestão local da educação*. Aveiro. Universidade de Aveiro, pp.161-172.

XV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

13 a 16 novembro 2018



Cidades Educadoras

XV Congresso Internacional
Cascais 2018

Participação Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras
29 Municípios; 65 Experiências

Congresso dos Jovens

75 Jovens de 10 países:
Argentina; Brasil; Cabo Verde; Colômbia;
Espanha; Finlândia; México; Polónia;
Portugal; Suécia

23 Municípios portugueses:

Albufeira; Almada; Amadora; Braga;
Câmara de Lobos; Cascais; Guarda;
Lagoa (Açores); Lousã; Matosinhos;
Odemira; Paços de Ferreira; Paredes;
Pombal; Porto; Santarém; Santo Tirso;
São João da Madeira; Setúbal; Silves;
Valongo; Vila Franca de Xira

DIA DA CIDADE EDUCADORA

30 de novembro 2018



30 novembro
Dia Internacional da
Cidade Educadora

LEMA 2018: " Tecendo uma Rede de Cumplicidades



FICHA TÉCNICA

Coordenação Editorial Município de Lisboa **Coordenação Gráfica** | Município de Lisboa
Design e paginação Catarina Amaro da Costa (CML/SG/ØRI/UCCLA)

Contatos da Comissão de Coordenação da Rede Territorial Portuguesa

manuela.raimundo@cm-lisboa.pt | tel. 218 171 142
paulo.a.louro@cm-lisboa.pt | tel. 218 171 812

[EDCITIES.ORG/LINK/\"PORTUGAL\"](http://EDCITIES.ORG/LINK/\)

RTPCE